



J&F INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2021 e 2020



Investimentos

Índice	Pág.
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	<u>3</u>
Balanços patrimoniais – Ativo	<u>12</u>
Balanços patrimoniais - Passivo e Patrimônio Líquido	<u>13</u>
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<u>14</u>
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<u>15</u>
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<u>16</u>
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<u>17</u>
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<u>19</u>
Nota 1 - Contexto operacional	<u>20</u>
Nota 2 - Acordo de colaboração premiada, acordo de leniência e seus impactos nas demonstrações contábeis	<u>23</u>
Nota 3 – Base elaboração	<u>24</u>
Nota 4 - Combinações de negócios	<u>28</u>
Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa	<u>30</u>
Nota 6 - Contas a receber de clientes	<u>30</u>
Nota 7 – Estoques	<u>31</u>
Nota 8 - Ativos biológicos	<u>32</u>
Nota 9 - Impostos a recuperar	<u>33</u>
Nota 10 - Ativos disponíveis para venda	<u>34</u>
Nota 11 - Títulos a receber	<u>36</u>
Nota 12 - Transações com partes relacionadas	<u>36</u>
Nota 13 - Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto “Joint ventures”	<u>38</u>
Nota 14 – Imobilizado	<u>39</u>
Nota 15 - Arrendamento mercantile	<u>41</u>
Nota 16 – Intangível	<u>42</u>
Nota 17 – Ágio	<u>43</u>
Nota 18 – Fornecedores	<u>47</u>
Nota 19 - Empréstimos e financiamentos	<u>48</u>
Nota 20 - Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	<u>50</u>
Nota 21 - Dividendos e juros sobre Capital Próprio	<u>50</u>
Nota 22 - Compromissos com terceiros para investimentos	<u>50</u>
Nota 23 - Imposto de renda e contribuição social	<u>51</u>
Nota 24 - Provisão para riscos processuais	<u>53</u>
Nota 25 - Patrimônio Líquido	<u>57</u>
Nota 26 - Receita Líquida	<u>58</u>
Nota 27 - Resultado financeiro líquido	<u>59</u>
Nota 28 - Resultado por ação	<u>59</u>
Nota 29 - Segmentos operacionais	<u>59</u>
Nota 30 - Despesas por natureza	<u>61</u>
Nota 31 - Outras receitas (despesas)	<u>61</u>
Nota 32 - Cobertura de seguros	<u>61</u>
Nota 33 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos	<u>62</u>
Nota 34 - Aprovação das demonstrações contábeis	<u>77</u>

J & F Investimentos S.A.

**Demonstrações contábeis referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2021
e relatório dos auditores independentes**

Approach Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
J & F Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J&F Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações individual e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J&F Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.



Principais Assuntos de Auditoria

Os principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Avaliação de recuperabilidade de ativos, incluindo Ágio com expectativa de rentabilidade futura ("impairment") – Notas explicativas nºs 4,14,16,17.

A Companhia e suas controladas possui saldos ativos em 31 de dezembro de 2021, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Assim conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a Companhia realiza teste de impairment, o qual envolve alto grau de subjetividade e julgamento por parte da administração, baseando-se no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Devido ao grau de julgamento significativo envolvido para determinar tais projeções e do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:

- Avaliação dos indicativos e evidências internas e externas que pudessem indicar a desvalorização dos ativos;
- Utilização de nossos profissionais especialistas internos para auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus especialistas independentes externos contratados para a elaboração dos relatórios e respectivas análises;
- Avaliação da consistência das premissas utilizadas pela administração e seus especialistas, verificando se haveria a necessidade de revisão das premissas;
- Análise sobre a totalidade das divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.



Com base nos procedimentos efetuados, consideramos como razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2. Auditoria de demonstrações contábeis de grupos – ISA600 – (Nota explicativa nº 13).

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro internacional Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Nesse contexto, determinadas controladas, significativas no Brasil e no exterior, são auditadas por outros auditores independentes, fazendo-nos considerar os riscos e respectivos principais assuntos de auditoria naquelas localidades os quais durante o exercício corrente são representados principalmente pelo monitoramento e avaliações da Administração quanto aos processos judiciais em andamento relacionados à livre concorrência (antitruste), reestruturações societárias, combinações de negócios e regulamentações tributárias às quais o grupo está sujeito globalmente. Esse assunto foi considerado como significativo para nossa auditoria em razão da relevância das operações dessas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em razão de suas reestruturações e de seus respectivos impactos tributários nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e, principalmente, em decorrência dos diversos procedimentos de auditoria que somos requeridos a executar, bem como supervisionando um nível de qualidade e competência uniformes entre o auditor do grupo e o auditor da componente, conforme previsto nas normas de auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão dos papéis de trabalho e, sobretudo, uma ampla comunicação com os auditores componentes das controladas significativas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria, o enfoque, alcance, a época e a extensão da realização dos trabalhos;
- Aplicamos os conceitos previstos em conformidade com a NBC TA / ISA 600 (R1) – Considerações Especiais – Auditoria das demonstrações contábeis de grupo, entre outros procedimentos executados, emitimos instruções de auditoria com a solicitação de análises e declarações requeridas, bem como revisamos os papéis de trabalho dos componentes e discutimos os procedimentos de auditoria executados e os resultados alcançados, de forma

14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.



a concluir se os mesmos haviam sido adequadamente planejados e executados para endereçar os riscos de distorção relevante e/ou se necessitavam de procedimentos / teste de auditoria adicionais para obtenção da segurança necessária;

- Realizamos testes adicionais independentes e direcionados sobre determinadas áreas dos componentes significativos da Companhia no intuito de cobrir eventuais deficiências que pudessem impactar significativamente as referidas demonstrações contábeis;
- Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores componentes e avaliamos os eventuais impactos sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia inclusive quanto aos eventuais reflexos nas divulgações das demonstrações consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os registros contábeis provenientes das informações contábeis dos componentes significativos e seus reflexos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são consistentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3. Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 2 e 24, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, durante o exercício de 2017, determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. ("J&F") celebraram Acordos de Colaboração Premiada ("Colaboração") com a Procuradoria Geral da República. Posteriormente a J&F celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") homologado pelo Ministério Público Federal ("MPF"). Desta forma, com o objetivo de resguardar-se dos impactos financeiros que são integralmente assumidos pela J&F, a Companhia e suas controladas aderiram ao "Acordo", iniciando-se uma investigação interna em exercícios anteriores, liderada pelo Comitê de Supervisão Independente ("Comitê" ou "CSI") contando com profissionais especializados, externos e independentes, objetivando investigar os fatos relacionados à Companhia no Brasil e no exterior com relação aos acordos de colaboração premiada, leniência e demais processos em curso no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As investigações foram concluídas em 2020.

Em outubro/2020, a Companhia celebrou um acordo com Department of Justice dos Estados Unidos da América ("Acordo DOJ") que abrange alguns fatos e condutas que foram objeto do acordo de leniência celebrado entre a J&F e o Ministério Público Federal e os acordos de colaboração celebrados entre Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista com a

14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.


Procuradoria Geral da República. O Acordo DOJ impõe à J&F o pagamento de uma multa no valor US\$ 256.497.026, a qual foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) em decorrência dos valores pagos às autoridades brasileiras. Em razão disso, a J&F realizou o pagamento de US\$ 128.248.513 às autoridades americanas. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas.

Em setembro de 2021, a J&F ingressou com pedido administrativo ao MPF de revisão dos critérios aplicados na composição da obrigação pecuniária do Acordo de Leniência. Diante deste pedido de revisão, a J&F solicitou e obteve, no judiciário, autorização para apresentar seguro garantia referente a parcela de 2021 até conclusão do procedimento administrativo.

A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas nos Acordos acima mencionados.

Outros Assuntos

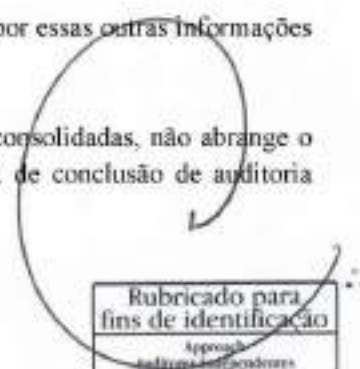
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC-09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria,

14 de abril de 2022

J & F Investimentos S.A.


inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

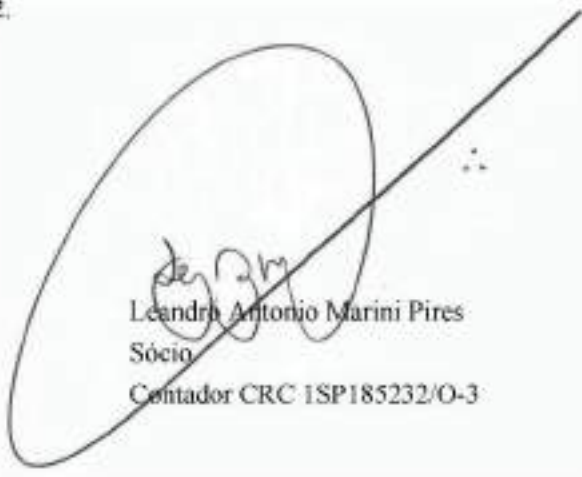
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Presidente Prudente, 14 de abril de 2022.

Approach Auditores
Approach Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP023119/O-0



Leandro Antonio Marini Pires
Sócio
Contador CRC 1SP185232/O-3

* * *

J&F Investimentos S.A.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	650.203	1.411.049	24.362.838	21.562.642
Contas a receber de clientes	6	-	-	21.458.903	14.410.139
Dividendos a receber	21	-	936.406	-	-
Estoques	7	-	-	26.835.537	17.800.192
Ativos biológicos	8	-	-	7.420.848	5.115.720
Impostos a recuperar	9	65.484	28.442	3.491.836	2.960.108
Créditos com empresas ligadas	12	6.799	2.013	6.803	1.032
Derivativos a receber		-	25.354	535.828	254.194
Ativos disponíveis para venda	10	-	-	8.673	-
Outros ativos circulantes		8.222	15.448	3.279.681	1.153.402
TOTAL DO CIRCULANTE		730.708	2.418.712	87.400.947	63.257.429
NÃO CIRCULANTE					
Ativos disponíveis para venda	10	2.475.060	1.946.631	12.590.192	12.868.927
Créditos com empresas ligadas	12	2.196.756	653.265	2.924.687	1.145.807
Ativos biológicos	8	-	-	2.245.019	1.778.565
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	-	1.872.676	-
Impostos a recuperar	9	95.357	95.357	8.105.682	8.763.064
Títulos a receber	11	304.891	457.981	304.891	457.981
Propriedades para investimentos		22.363	40.996	22.363	40.996
Investimentos em controladas, joint ventures e outros	13	23.627.444	19.391.432	780.333	1.338.709
Imobilizado	14	217.521	497	57.868.681	47.450.676
Direito de uso de arrendamento mercantil	15	455	731	7.977.731	5.805.632
Intangível	16	422.047	422.047	12.547.506	8.468.331
Ágio	17	182.326	182.326	33.609.577	30.264.300
Outros ativos não circulantes		1.165.727	1.610.596	2.922.091	2.761.148
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		30.709.947	24.801.859	143.771.429	121.144.136
TOTAL DO ATIVO		31.440.655	27.220.571	231.172.376	184.401.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	750.843	506.575	14.502.356	5.411.736
Acordo de Leniência	2	-	823.661	-	823.661
Fornecedores	18	15.114	23.543	33.172.949	24.691.632
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	59.880	40.685	8.968.673	6.698.733
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	250	240	1.634.956	1.299.367
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	95.604	-	95.759	663.672
Compromissos com terceiros para investimentos	22	-	-	37.187	45.622
Derivativos a pagar		3.641	3.143	852.253	290.679
Outros passivos circulantes		21.026	39.347	2.768.475	2.833.403
TOTAL DO CIRCULANTE		946.358	1.437.194	62.032.608	42.758.505
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	2.445.511	2.920.991	83.164.655	64.585.919
Passivos classificados como mantidos para venda	10	-	-	7.844.454	9.166.227
Acordo de Leniência	2	12.104.209	10.616.822	12.104.209	10.616.822
Débitos com empresas ligadas	12	-	-	-	11.305
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	21	963.382	-	963.382	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	20	-	-	3.512.561	4.968.629
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	15	300	546	6.729.489	4.827.374
Compromissos com terceiros para investimentos	22	-	-	54.047	78.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	226.930	203.719	6.980.523	4.822.276
Provisão para riscos processuais	24	8.474	13.072	2.849.153	1.567.129
Derivativos a pagar		-	-	41.071	-
Outros passivos não circulantes		123.188	2.050.287	888.724	2.651.210
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.871.993	15.805.437	125.132.267	103.295.559
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	25	8.627.982	8.627.982	8.627.982	8.627.982
Transações de capital		(2.223.302)	734.074	(2.223.302)	734.074
Reserva de reavaliação		19.422	21.007	19.422	21.007
Reserva de lucros		3.821.259	-	3.821.259	-
Outros resultados abrangentes		4.376.943	4.114.835	4.376.943	4.114.835
Lucro (Prejuízos) Acumulados		-	(3.519.958)	-	(3.519.958)
Atribuído à participação dos acionistas controladores		14.622.304	9.977.940	14.622.304	9.977.940
Participação dos acionistas não controladores		-	-	29.385.197	28.369.561
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.622.304	9.977.940	44.007.501	38.347.501
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		31.440.655	27.220.571	231.172.376	184.401.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	26	14.769	7.939	353.953.807	271.686.019
Custo dos produtos vendidos		(406)	(341)	(286.720.043)	(226.106.534)
LUCRO BRUTO		14.363	7.598	67.233.764	45.579.485
Administrativas e gerais		(246.468)	(105.408)	(15.593.579)	(11.094.445)
Com vendas		(41.223)	(63.447)	(19.586.673)	(14.791.215)
Outras receitas (despesas)	31	2.451.592	(659.995)	2.919.311	(190.073)
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		2.163.901	(828.850)	(32.260.941)	(26.075.733)
RESULTADO OPERACIONAL		2.178.264	(821.252)	34.972.823	19.503.752
Receita financeira	26	313.342	208.742	2.716.935	3.889.696
Despesa financeira	26	(1.631.583)	(729.029)	(9.172.759)	(16.709.615)
		(1.318.241)	(520.287)	(6.455.824)	(12.819.919)
Resultado de equivalência patrimonial	12	9.463.556	843.204	(257.591)	(919.432)
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.323.579	(498.335)	28.259.408	5.764.401
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	1.187	(7.574.777)	(2.394.552)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(22.958)	630	876.355	(1.204.952)
		(22.958)	1.817	(6.698.422)	(3.599.504)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		10.300.621	(496.518)	21.560.986	2.164.897
Lucro (Prejuízo) líquido de operações descontinuadas		445.061	(54.844)	892.632	(81.067)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)		10.745.682	(551.362)	22.453.618	2.083.830
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				10.745.682	(551.362)
Participação dos acionistas não controladores				11.707.936	2.635.192
				22.453.618	2.083.830
Lucro (Prejuízo) por ações R\$ - Básico e diluído	28	87,83	(4,51)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Referência	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo)	DMPL	10.745.682	(551.362)	22.453.618	2.083.830
Outros resultados abrangentes					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	DMPL	179.031	(7.706)	179.031	(7.706)
Ajuste acumulado de conversão em controladas e variação cambial em controladas	DMPL	83.075	3.605.722	83.075	3.605.722
Total do resultado abrangente		262.106	3.598.016	262.106	3.598.016
Outros resultados abrangentes		11.007.788	3.046.654	22.715.724	5.681.846
Total do resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas da Companhia		11.007.788	3.046.654	11.007.788	3.046.654
Não controladores		-	-	11.707.936	2.635.192
		11.007.788	3.046.654	22.715.724	5.681.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Transações de capital	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros		Outros resultados Abrangentes		Lucros (prejuízos) Acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido
				Legal	Estatutária	AAP ¹	AAC ²				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	8.627.982	581.638	22.705	-	-	(50.916)	567.737	(2.970.296)	6.778.850	22.448.330	29.227.180
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	(551.361)	(551.361)	2.635.192	2.083.831
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	(7.706)	3.605.722	-	3.598.016	-	3.598.016
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	(7.706)	3.605.722	(551.361)	3.046.655	2.635.192	5.681.847
Transações de capital	-	152.435	-	-	-	-	-	-	152.435	-	152.435
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.698)	-	-	-	-	1.698	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.286.039
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(3.271)	-	3.286.039	3.286.039
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8.627.982	734.074	21.007	-	-	(58.622)	4.173.457	(3.523.229)	9.977.940	28.369.561	38.347.501
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	10.745.682	10.745.682	11.707.936	22.453.618
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	179.031	83.075	-	258.835	-	258.835
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	179.031	83.075	10.745.682	11.004.517	11.707.936	22.712.453
Transações de capital	-	(2.957.375)	-	-	-	-	-	-	(2.957.375)	-	(2.957.375)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.585)	-	-	-	-	1.585	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	363.224	-	-	-	(363.224)	-	-	-
Reserva estatutária para investimento	-	-	-	-	3.458.035	-	-	(3.458.035)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(3.437.312)	(3.437.312)	-	(3.437.312)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	35.268	35.268	-	35.268
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.692.300)	(10.692.300)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	(734)	(734)	-	(734)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.627.982	(2.223.302)	19.422	363.224	3.458.035	120.409	4.256.534	-	14.622.304	29.385.197	44.007.501

¹ Ajustes de avaliação patrimonial. ² Ajustes acumulados de conversão e variação cambial sobre investimentos no exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro / prejuízo líquido	10.745.682	(551.362)	21.567.692	2.192.412
Depreciação e amortização	55	76	9.124.961	7.902.957
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	65.569	33.054
Provisão para impairment	195.277	-	195.277	-
Resultado de equivalência patrimonial	(9.908.617)	(788.360)	257.591	919.432
Atualização de valor justo de ativo	-	-	(2.472)	-
Resultado na venda de imobilizado	-	-	(25.948)	(41.048)
Imposto de renda e contribuição social	-	(1.817)	6.668.921	3.598.475
Resultado financeiro líquido	1.318.241	520.287	6.482.515	12.833.831
Plano de opções de ações	-	-	63.426	(5.250)
Provisões para contingências	4.598	(2.716)	257.337	326.276
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	(240.213)	19.870
Fair value (marcação a mercado) dos ativos biológicos	-	-	174.616	158.003
Impactos tributários extemporâneos	-	-	(101.073)	(421.014)
Resultado na alienação de investimentos	(2.630.405)	(25.714)	(2.630.405)	(50.190)
Provisões para obsolescência e realização dos estoques	-	-	58.855	25.434
Acordos SEC, DOJ e Antitruste	-	368.318	4.254.697	1.651.460
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	15.538
Encargos de empréstimos e financiamentos	-	-	-	25.160
Valor Justo dos contratos futuros de energia	-	-	(74.576)	-
Variação cambial sobre conversões	-	-	(22.920)	(52.984)
Impostos e contribuições diferidos	22.958	-	22.197	-
Outros	-	-	24.848	1.424
	(252.211)	(481.288)	46.120.895	29.132.840
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) no ativo:				
Contas a receber	-	-	(5.443.744)	612.298
Estoques	-	-	(7.965.968)	(807.499)
Impostos a recuperar	(37.042)	2.305	(167.093)	(194.915)
Ativos biológicos	-	-	(3.899.421)	(2.767.811)
Títulos a receber	(22.739)	45.063	(22.739)	45.063
Outros ativos circulantes e não circulantes	126.030	(102.248)	(1.054.113)	(127.408)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores e fornecedores risco sacado	(8.428)	13.101	6.457.854	3.480.723
Parcelamentos fiscais, trabalhistas e sociais	-	-	(345.775)	(545.946)
Débitos com empresas ligadas	(1.461.395)	(400.562)	(1.461.389)	(375.206)
Acordo de Leniência	(457.347)	(560.858)	(4.606.415)	(560.858)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(6.086.477)	(3.328.749)
Outros passivos circulantes e não circulantes	875	(1.550)	563.159	1.643.305
Variações em ativos e passivos operacionais	(1.860.046)	(1.004.749)	(24.032.121)	(2.927.003)
Juros pagos	(86.599)	(45.123)	(4.094.199)	(3.564.872)
Juros recebidos	36.341	28.091	351.277	325.281
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.000)	(36)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.162.515)	(1.503.069)	18.342.852	22.966.210
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de operações descontinuadas	-	-	2.980.996	1.721.406
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(217.173)	(88)	(9.879.136)	(6.023.029)
Alienação de ativo imobilizado	-	5	-	6
Adições de ativo intangível	(34)	-	(53.189)	(48.233)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	-	-	234.665	364.316
Alienação de Investimentos	1.011.956	211.302	815.893	211.302
Recebimento de dividendos	2.838.676	509.777	33.021	31.663
Amortização de cotas	266.068	-	-	-
Aquisição de controladas, líquido o caixa obtido na aquisição	-	(513.086)	(9.352.876)	(2.172.881)
Adições nos investimentos em joint-ventures e controladas	-	-	(6.243)	-
Transações com partes relacionadas	(1.375)	(93.890)	(228.039)	(837.155)
Desconsolidação de controladas	-	-	98.070	(48.004)
Aumento de capital em controladas	(44.700)	(320.264)	(42.975)	(316.740)
Outros	1.794	-	(102.265)	931

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	3.855.212	(206.244)	(18.483.074)	(8.837.824)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de operações descontinuadas	-	-	(845.473)	(866.076)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	580.000	3.428.500	56.695.017	14.926.941
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(985.600)	(451.154)	(36.157.733)	(15.884.173)
Derivativos recebidos (pagos)	-	-	181.018	(161.806)
Caixa margem	-	-	(730.185)	-
Pagamentos de dividendos	(2.075.000)	-	(6.198.214)	(859.115)
Transação com partes relacionadas	-	(558.124)	-	(558.124)
Aquisição de ações em tesouraria PPC	-	-	-	(546.890)
Aplicação financeira	-	-	(60.908)	-
Aquisição de ações de emissão própria	-	-	(10.604.975)	(1.272.711)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	55.875	(163.621)
Pagamentos de arrendamento mercantil	(381)	(355)	(1.941.376)	(1.575.296)
Outros	-	-	(9.454)	(16.505)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(2.480.981)	2.418.867	1.229.065	(6.111.300)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos de operações descontinuadas	-	-	(2.233.593)	(807.326)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	27.438	9.043	1.809.423	2.728.323
Variação líquida no período	(760.846)	718.597	2.800.196	10.793.413
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.411.049	692.452	21.562.642	10.769.229
Caixa e equivalentes de caixa final	650.203	1.411.049	24.362.838	21.562.642
Transações não-caixa:				
	Controladora		Consolidado	
Novos contratos CPC 6	-	-	3.450.712	1.810.490
Exercício de opções de ações	-	-	1.798	9.504
Dividendos prescritos	35.268	-	35.277	6
Transferência investimento negativo	123.186	2.050.291	123.186	2.050.290
Reclassificação de carteira de clientes para intagíveis	-	-	(8.720)	-
Dividendos declarados não pagos	-	35.268	-	(1.419.037)
Juros capitalizados	-	-	(199.812)	(130.043)
Dividendos declarados não pagos	-	-	-	(1.092.099)
Hedge accounting - MTM derivativos designados e lançados em outros resultados abrangentes	-	-	432.258	-
Hedge accounting - Transferência Outros resultados abrangentes para estoque	-	-	(219.349)	-
Hedge accounting - Imposto diferido	-	-	(72.389)	-
Aumento de capital oriundo de JCP	-	-	22.374	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	(7.862.199)	-
Total	158.454	2.085.559	(4.296.864)	1.229.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J&F Investimentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	16.502	8.975	358.167.404	274.565.742
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	2.451.592	(28.263)	2.583.175	57.260
Recuperação (perda) estimada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(65.569)	(33.054)
	2.468.094	(19.288)	360.685.010	274.589.948
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(406)	(341)	(206.977.797)	(160.381.986)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(268.896)	(130.763)	(64.619.007)	(47.657.105)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	(6.140)	(4.024)
Outras	-	-	1.042	(2.600)
	(269.302)	(131.104)	(271.601.902)	(208.045.715)
Valor adicionado bruto	2.198.792	(150.392)	89.083.108	66.544.233
Depreciação e Amortização	(365)	(424)	(9.247.836)	(7.903.333)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	2.198.427	(150.816)	79.835.272	58.640.900
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	9.463.556	843.204	(257.591)	(919.432)
Receitas financeiras	313.342	(101.373)	2.716.922	3.519.316
Resultado de operações descontinuadas	445.061	(54.844)	892.632	(81.067)
Outras	-	-	122.239	121.269
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	12.420.386	536.171	83.309.474	61.280.986
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração direta	60.170	33.460	33.220.746	29.308.062
Benefícios	820	839	6.592.172	5.460.138
FGTS	1.402	1.332	403.782	348.978
	62.392	35.631	40.216.700	35.117.178
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	5.109	644.632	7.339.759	4.698.286
Estaduais	553	2.024	2.625.389	1.921.100
Municipais	136	124	22.157	21.044
	5.798	646.780	9.987.305	6.640.430
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	1.606.209	404.196	8.398.325	15.927.618
Aluguéis	305	926	602.634	516.200
Outras	-	-	1.650.892	995.887
	1.606.514	405.122	10.651.851	17.439.705
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-	-	4.884.805	1.092.099
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	10.745.682	(551.362)	5.860.877	(1.643.789)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	11.707.936	2.635.362
	10.745.682	(551.362)	22.453.618	2.083.672
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	12.420.386	536.171	83.309.474	61.280.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito, investir e desenvolver seus negócios. A sede da Companhia é localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, São Paulo, Brasil.

As demonstrações contábeis a seguir apresentadas, incluem além das operações individuais da Companhia no Brasil, as atividades de suas controladas. A seguir segue quadro resumo dos principais investimentos e atividades:

Denominação utilizada	Atividades		Unidades	Estado/País	Participação	Percentual 2021
JBS S.A. (JBS)	Principais atividades no Brasil	- Processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e produção de conservas e subprodutos derivados de carnes.	358	AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RS, SC, SP E TO	Direta e indireta	47,22 %
		- Industrialização, beneficiamento e comercialização de couros.				
		- Produção e comercialização de embalagens metálicas (aço e alumínio), resinas e embalagens plásticas, massa base para produção de sabão e sabonete, sabão e sabonete em barra, biodiesel, glicerina, oleína, ácido graxo, colágeno e envoltório derivado de tripa bovina; produção de soro fetal; gerenciamento de resíduos industriais; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; operações próprias de transporte; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; produção, cogeração e comercialização de energia elétrica.				
		- Centros de distribuição e terminais portuários.				
		- Processamento de aves e suínos: criação e abate; industrialização e comercialização de carnes e produtos alimentícios; e fabricação de rações e concentrados.				
		- Fabricação de Beef Jerky.				
		- Industrialização, beneficiamento e comercialização de couro wet blue.				
		- Prestação de serviço de engorda de bovinos.				
		- Lojas "Mercado da Carne".				
	Principais atividades no Exterior	- Processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e subprodutos derivados; - Prestação de serviço de engorda de bovinos; - Serviços de transporte. - Processamento de suínos, aves e peixes: criação, abate, industrialização e comercialização de produtos alimentícios. - Processamento de proteína vegetal: industrialização e comercialização de produtos alimentícios.	299	África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Emirados Árabes, Estados Unidos da América, Holanda, Itália, Luxemburgo, México, Reino Unido, Uruguai, Vietnã, Nova Zelândia, Japão, Singapura		
		- Trading de produtos "in natura" e processados de carne bovina, suína, ovina, frango e peixe para venda no Reino Unido e União Européia.				
		- Trading para o mercado europeu, comercialização de carne bovina e de frango cozida congelada e produtos enlatados, operações de logística e armazenagem.				
		- Produção e venda de bresaola e de produtos de carne suína, tais como: presunto cru, presunto cozido, mortadela, entre outros.				
		- Industrialização de couro semi acabado e acabado.				
		- Industrialização de couros wet blue, semi acabado e acabado.				
		- Trading de produtos derivados de proteína animal; - Industrialização e comercialização de produtos alimentícios.				

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Eldorado Brasil Celulose S.A. (ELDORADO)	Principais atividades no Brasil	Fabricação, comercialização, exportação e importação de celulose, processamento de biomassa, produção sustentável de madeira, cultivo de árvores, cultivo de mudas em viveiros florestais, exploração agroflorestal, promovendo projetos de reforestamento em terras próprias ou de terceiros, produção e distribuição de energia elétrica.	38	SP, MS, MT	Direta	50,6%
	Principais atividades no Exterior	- Comercialização, importação e exportação de celulose	4	Áustria, China e Estados Unidos da América		
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A (FLORA)	Principais atividades no Brasil	- Industrialização e Comercialização de produtos Cosméticos e Limpeza	6	GO, MG, SC, SP	Direta e indireta	84,9%
Âmbar Energia S.A (ÂMBAR)	Principais atividades no Brasil	- Holding de Investimentos com foco em projetos estruturados nos setores de energia;	3	SP, MT e RS	Direta	100%
		- Prestação de serviços de operação e manutenção de usinas térmicas,				
		- Geração, transmissão e comercialização de energia,				
		- Compra importação e comercialização de gás natural, diesel e outros combustíveis.				
Flora Urbanismo Ltda. (FLORA URBANISMO)	Principais atividades no Brasil	- Compra e venda, locação, loteamentos e arrendamentos de imóveis comerciais e residenciais.	2	SP e MT	Direta	100%
Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (FIP CAIXA MILÃO)	Principais atividades no Brasil	- Fundo de Investimento em ações ou títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações das investidas com foco no setor de energia.	1	SP	Direta e Indireta	100%
Gasocidente Matogrosso Ltda (GASOCIDENTE)	Principais atividades no Brasil	- Operação de instalação de Transporte de Gás Natural	1	MT	Direta e Indireta	100%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	Principais atividades no Brasil	- Comercialização de seguros através de parcerias e plataforma digital	1	SP	Direta	80%

1.1 Eventos Subsequentes

1.1.1 Efeitos do surto de COVID-19 em seus principais negócios

A Companhia acompanha o andamento da pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, comprometendo-se a manter a segurança de seus colaboradores adotando o protocolo de segurança no escritório matriz tais como, redução sensível dos funcionários que estão trabalhando fisicamente, aferição de temperatura e dispense de álcool em gel na entrada do escritório, desinfecção do escritório no final do expediente, bem como acompanhando as medidas tomadas em todos os seus negócios, como abaixo descrito:

A pandemia do Covid-19 continua ativa, embora a maioria das restrições impostas pelas autoridades mundiais tenham sido flexibilizadas. As iniciativas de combate à proliferação do novo Coronavírus mantêm-se rigorosas dado os diversos investimentos realizados pela controlada JBS, a fim de proteger seus colaboradores, incluindo maior higienização e desinfecção de escritórios e unidades, verificação de saúde e temperatura, treinamentos, distanciamento social, redução de velocidade das linhas de produção, purificação de ar nos sistemas de ventilação das unidades, entre outros. A controlada JBS reitera que manterá seus esforços para o atendimento contínuo da demanda por alimentos no mundo. Até este momento, não houve impactos significativos nas operações da controlada.

Desde do exercício de 2020, a controlada JBS segue com o seu programa Fazer o Bem Faz Bem, que beneficiou 300 municípios, em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, impactando cerca de 77 milhões de pessoas. O programa realizou a construção de 2 hospitais permanentes, com 131 leitos, e 15 obras de expansão de hospitais, centros médicos e postos de saúde, além da doação de 88 ambulâncias, 561 respiradores, 1.612 monitores multiparâmetros, 2.022 leitos clínicos e de UTI, 400 cilindros de oxigênio, 575 mil cestas básicas, 1,4 milhão de litros de produtos de higiene e limpeza e 19,5 milhões de EPIs. Além disso, por meio do programa, 40 fisioterapeutas pulmonares foram contratados, 39 pesquisas científicas e tecnológicas foram apoiadas, mais de 2 milhões de pessoas foram atendidas pelas 80 ONGs beneficiadas e R\$ 5.000 foram doados ao Instituto Butantan para contribuir na construção de uma nova fábrica de vacinas. No Brasil, até esta data, as doações totalizam o montante de R\$ 356.858 (R\$ 40.753 ao longo do exercício de 2021 e R\$ 316.105 ao longo do exercício de 2020). No exterior, a coligada JBS USA, em conjunto com a Pilgrim's Pride Corporation ("PPC"),

já investiu de US\$ 760 milhões (equivalente a R\$ 4,241 bilhões em 31 de dezembro de 2021, doados ao longo do exercício) e (US\$ 200 milhões equivalente a R\$ 1,039 bilhão em 31 de dezembro de 2020, doados ao longo do exercício), através do programa Hometown Strong em iniciativas de suporte aos seus colaboradores e comunidades onde está presente nos Estados Unidos, em conformidade com seus contínuos esforços em sustentabilidade e responsabilidade social.

A prioridade em saúde e segurança dos colaboradores foi reforçada com as ações voltadas à prevenção da COVID-19 nas unidades de todos os países em que a controlada JBS atua. O rígido monitoramento dos protocolos e a troca global de experiências permitiram adaptações e aprimoramentos, garantindo o atendimento das demandas das unidades administrativas, operacionais e comerciais, o que permitiu à controlada JBS manter sua atividade essencial de fornecedora de alimentos. Desde o início da pandemia, a controlada JBS manteve parcerias contínuas com epidemiologistas e especialistas na área médica para avaliar seus protocolos, além da manutenção de um ambiente de trabalho seguro para as equipes, incluindo medidas como verificação de temperatura; EPIs adicionais; aplicação de medidas de distanciamento social, inclusão de turnos escalonados e instalação de divisórias no chão de produção e nas áreas comuns; testes de vigilância de membros da equipe; rastreamento de contato; e implantação de tecnologias de sanitização ultravioleta nas plantas.

No Brasil, a controlada JBS e suas subsidiárias aderiram ao parcelamento do FGTS previsto na Medida Provisória 1.046/21. Com isso, o montante de R\$ 113.000 de abril até julho de 2021 deixou de ser pago em seu vencimento original e foi liquidado entre os meses de setembro e dezembro de 2021.

Nos Estados Unidos, durante o primeiro trimestre de 2020 foi promulgado Cares Act, que incluiu alterações no limite de deduções fiscais além de prorrogar o pagamento de impostos incidentes sobre a folha de pagamento. A controlada JBS liquidou o montante de US\$ 66,7 milhões (equivalente a R\$ 372.219 em 31 de dezembro de 2021) de impostos sobre a folha, equivalente a 50%, em 31 de dezembro de 2021 e os outros 50% serão liquidados até 31 de dezembro de 2022.

No período houve maior volatilidade nas taxas de câmbio e preços de commodities, em parte devido às incertezas advindas do Covid-19, bem como em função das medidas tomadas por governos e bancos centrais. A Administração da controlada JBS espera que a volatilidade das taxas de câmbio e preços de commodities continue no decorrer do exercício de 2022, todavia não consegue estimar a duração, extensão ou impactos de tal volatilidade, cabendo ressaltar que a JBS pode se utilizar de instrumentos financeiros a fim de mitigar tais exposições a essas volatilidades.

A controlada Eldorado Brasil, mesmo em meio aos desafios impostos pelo segundo ano da pandemia de Covid-19, manteve sua estratégia de crescimento e geração de valor alinhada às melhores práticas de ESG (Environmental, Social and Governance), reiterando a sustentabilidade social e ambiental como pilar de todas as suas operações. Essas práticas estão adequadas aos seus direcionadores - competitividade, inovação, sustentabilidade e valorização das pessoas.

O enfrentamento à pandemia da COVID-19 continua sendo uma prioridade da controlada Eldorado, que estruturou suas ações em quatro frentes, a saber: (i) manutenção de medidas preventivas que visam manter as atividades operacionais seguras, preservando a saúde dos funcionários, seus familiares, fornecedores, clientes e demais colaboradores; (ii) contribuição com a prevenção da COVID-19 nas comunidades; (iii) monitoramento constante das condições de mercado e potenciais impactos diretos ou indiretos da pandemia sobre os negócios; (iv) monitoramento dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes.

Mereceu destaque, em 2021, a adesão da controlada Eldorado à movimentos globais de engajamento do setor privado na promoção de um modelo de desenvolvimento que contemple também defesa do meio ambiente e dos direitos sociais. É o caso da participação da empresa nas discussões da 26ª Conferência das Nações Unidas para o Clima, em Glasgow, onde foi apresentada a experiência da controlada Eldorado como empresa capaz de capturar, com suas florestas, volumes de carbono substancialmente superiores aos emitidos por suas operações – performance que está em linha com o esforço da comunidade internacional pelo combate às mudanças climáticas.

No âmbito dos negócios da controlada Âmbra, a Administração está monitorando os desdobramentos do surto do coronavírus, com objetivo de adequar a operação e preservar a segurança de seus colaboradores e implementou algumas alterações na gestão de seus negócios, tais como:

Escritório São Paulo: São Paulo atualmente conta com a presença física de todos os colaboradores, tomando todos os cuidados para garantir a sua segurança, tais como: A temperatura dos colaboradores é aferida na recepção, uso obrigatório de máscaras, dispensadores de álcool 70% estão disponíveis pelo escritório, distanciamento de lugares de cada colaborador, instalação de divisórias de acrílico na mesa de cada colaborador e os equipamentos passam por desinfecção após o expediente.

Usina/GOM/GOB/Uruguaiana: As atividades seguem dentro da rotina planejada e pré-estabelecida, visando a manutenção da capacidade operacional do complexo. Foi adotado o mesmo procedimento de biossegurança do escritório de São Paulo.

No âmbito dos negócios da controlada Flora, desde de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto causado por um novo coronavírus (SARS-CoV-2) causador da COVID-19 havia se tornado uma emergência de saúde global e decretou estado de pandemia, uma série de decisões, significativas de governos e entidades do setor privado, somados aos impactos potencialmente causados pelo surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos de forma global.

As medidas tomadas ao longo de 2020 pela Administração da controlada Flora, se mantiveram no decorrer de 2021. Com o objetivo de mitigar possíveis impactos nas operações, posição patrimonial e financeira, a Administração tem avaliado constantemente o desdobramento do surto e, quando necessário, tomado novas ações visando proteger seu negócio e seus colaboradores.

A manutenção das ações de sucesso realizadas pela controlada Flora, com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade e aos seus colaboradores, bem como de atender as diversas determinações das autoridades governamentais foram mantidas, além de implementação de novas ações de forma a colaborar com a prevenção ao combate à pandemia.

1.1.2 Principais assuntos relevantes do período da Companhia e suas controladas

(a) A controlada JBS, durante o exercício de 2021, cancelou o montante total de 249.507.076 ações em tesouraria, aprovado em reunião do Conselho de Administração. Dessa forma, o capital social da controlada em 31 de dezembro de 2021 era composto por 2.373.866.570 de ações ordinárias, no montante de R\$ 23.576.206. Ainda, houve aprovação de um novo plano de recompra no qual a Companhia pode adquirir até 10% das ações ordinárias em circulação, respeitando as limitações estabelecidas na Instrução CVM 567. O prazo máximo para realização das aquisições é de 18 meses, iniciando-se em 10 de novembro de 2021.

(b) A controlada JBS teve a elevação de rating pela agência de rating Moody's Investors Service ("Moody's"), onde foi elevada a classificação da controlada JBS de Ba1 para Baa3, com perspectiva estável, tornando o rating para investment grade. Ainda, a agência Fitch Ratings ("Fitch") também elevou a classificação da controlada para investment grade. Dessa forma, com a mesma classificação pelas duas agências, a controlada passou a ser classificada como "full investment grade".

(c) Houve uma mudança na estrutura global da presidência da controlada JBS, de modo a refletir seu crescimento e a expansão dos setores e geografias em que atua. A partir de janeiro de 2022, voltou a existir a Presidência Global de Operações, que foi dividida entre dois executivos: André Nogueira preside as operações da América do Norte, sendo a presidência da JBS USA a cargo de Tim Schellpeper, e Wesley Batista Filho, as operações da JBS na América Latina, Oceania e o negócio de plant-based, sendo a presidência da JBS Brasil ocupada por Gilberto Xandó e a presidência da Seara por João Campos.

(d) A controlada JBS vem sendo reconhecida por sua evolução em critérios sustentáveis e registrou uma pontuação geral de 57% na 4ª edição do Coller Fairr Protein Producer Index, um ranking que avalia companhias globais de capital aberto ligadas à produção de alimentos à base de carnes, peixes e lácteos. Com essa pontuação, a controlada obteve melhora de 10,1% na comparação com o índice de 2020 e está na 11ª colocação no ranking global, continuando a ser uma das empresas brasileiras de capital aberto mais bem colocadas.

(e) Em 14 de janeiro de 2022, o membro do Conselho de Administração Gilberto Xandó, renunciou à posição e assumiu a presidência da controlada JBS Brasil. Em reunião do Conselho de Administração realizada nesta mesma data, o membro Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo foi eleito como membro independente, em substituição ao ex-membro Gilberto Xandó.

(f) A controlada JBS em 21 de março de 2022 cancelou o montante total de 129.064.700 ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da controlada JBS, mantidas em tesouraria nesta data, sem redução do valor do capital social. Aprovada em reunião do conselho da Administração.

Em função do cancelamento de ações em tesouraria o capital social da controlada JBS passou a ser dividido em 2.244.801.870 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Adicionalmente, em reunião do conselho de Administração da controlada JBS realizada nesta data, foi aprovado um novo plano de recompra.

(g) Em referência ao conflito na Europa Oriental entre Rússia e Ucrânia, a controlada JBS segue monitorando a evolução e desdobramento e seus potenciais impactos sobre suas operações. A controlada não possui operação fabril nestes países, e está acompanhando os efeitos econômicos no setor e em suas operações como reflexo desse conflito, e até a presente data dessas demonstrações contábeis não foram mensurados impactos representativos.

(h) A controlada Flora deixou de cumprir um dos eventos de inadimplência presentes em sua dívida CRA – Certificado de recebíveis do Agronegócio, razão pela qual realizou a reclassificação de sua dívida para curto prazo em suas demonstrações contábeis. Contudo, a controlada também informa que em assembleia geral dos titulares de certificados de recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª séries da 21ª emissão realizada em 21 de fevereiro de 2022, foi aprovada a concessão de dispensa prévia (waiver) ao cumprimento, pela devedora. Adicionalmente, no decorrer de março de 2022, a controlada obteve a captação de recurso no valor de R\$ 50 milhões, por meio de emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. As debêntures terão seu vencimento em 15 de março de 2027, com taxa remuneratória de DI, mais 3,25% ao ano.

(i) Em 06 de abril de 2022 a Companhia assinou contrato vinculante de compra e venda com a Vale S.A. ("Vale"), da totalidade das ações de emissão da Mineração Corumbaense Reunida S.A., Mineração Mato Grosso S.A., International Iron Company, Inc. e Transbarga Navegación Sociedad Anónima, que detêm ativos de Minério de Ferro, Minério de Manganês e Logística no Sistema Centro-Oeste. No fechamento da transação, a Vale receberá cerca de US\$ 150 milhões. A J&F Investimentos também deverá assumir as operações com todos os funcionários do conjunto de ativos. A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes usuais, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e demais autoridades regulatórias competentes.

2 Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A.

A J&F Investimentos S.A. (J&F ou Companhia), com sede no Brasil é uma sociedade anônima fechada, que tem como propósito, investir e desenvolver seus negócios.

Em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da J&F, assumiram obrigações no Acordo de Colaboração Premiada firmado com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

2.1 Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A (controladora e controladas)

Em junho de 2017, a J&F, celebrou Acordo de Leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") o qual foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017.

No Acordo a Companhia compromete-se, em seu nome e em nome das empresas controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas com o escopo de verificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos apresentados no Acordo.

Adicionalmente, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente, formado por 3 (três) membros independentes de reputação ilibada com o objetivo de supervisionar as auditorias realizadas na controladora e controladas.

Em razão dos fatos narrados no Acordo, a J&F se comprometeu a pagar a título de multa e ressarcimento mínimo o valor de R\$ 8,0 bilhões, no prazo de 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais com vencimentos a partir de dezembro de 2020, bem como a realizar a execução de projetos sociais no valor de R\$ 2,3 bilhões. Ainda em 2017, foram contratados os seguintes assessores legais e empresas especializadas em perícia forense para conduzir as investigações na controladora e suas controladas: (i) Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados; (ii) Campos Mello Advogados; (iii) Sampaio Ferraz Advogados; (iv) Pricewaterhouse Coopers Contadores Públicos Ltda; (v) FTI Consulting Brasil; (vi) Grand Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda,

tendo esses atuado em uma ou mais empresa do grupo As investigações foram finalizadas, apresentadas e entregues nos anos de 2018, 2019 e 2020, na medida que eram concluídas em cada uma das empresas. A Companhia, portanto, encerrou o ano de 2020 com essa obrigação cumprida.

Em 2019, a Companhia contratou a empresa ECOVIS PEMOM Auditoria e Consultoria para realização de auditoria das obrigações constante no Acordo, que realizou a conclusão do trabalho no início de 2020 relativo à 2019; início de 2021 relativo à 2020 e início de 2022 relativo à 2021.

Em outubro de 2020, a Companhia celebrou um acordo com o Department of Justice dos Estados Unidos da América ("Acordo DOJ") que abrange alguns fatos e condutas que foram objeto do acordo de leniência celebrado entre a J&F e o Ministério Público Federal e os acordos de colaboração celebrados entre Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista com a Procuradoria Geral da República. O Acordo DOJ impõe à J&F o pagamento de uma multa no valor US\$ 256.497.026, a qual foi reduzida em 50% (cinquenta por cento) em decorrência dos valores pagos às autoridades brasileiras. Em razão disso, a J&F realizou o pagamento de US\$ 128.248.513 às autoridades americanas. O Acordo DOJ põe fim a qualquer exposição criminal nos Estados Unidos da J&F e de todas as suas afiliadas relacionadas às Condutas.

Em setembro de 2021, a J&F ingressou com pedido administrativo ao MPF de revisão dos critérios aplicados na composição da obrigação pecuniária do Acordo de Leniência. Diante deste pedido de revisão, a J&F solicitou e obteve, no judiciário, autorização para apresentar seguro garantia referente a parcela de 2021 até conclusão do procedimento administrativo.

A J&F e as suas subsidiárias entendem que estão cumprindo com as obrigações assumidas nos Acordos acima mencionados.

		Controladora	
		2021	2020
Passivo Circulante		-	823.661
Brasil		-	401.437
Eua		-	422.224
Passivo Não Circulante		12.104.209	10.616.822
Brasil		12.104.209	10.616.822
		12.104.209	11.440.483

3 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações. As demonstrações contábeis individuais da controladora estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

A elaboração das demonstrações contábeis exigem que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os ativos e passivos que estão sujeitos a essas estimativas compreendem a: vida útil do imobilizado, ativo de direito de uso e provisões de arrendamento mercantil, ativos biológicos, valor estimado de recuperação de ativos de longo prazo, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisões de obrigações fiscais, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos), e outras estimativas similares referente a escolha de taxas de juros e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação de uma transação envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido à possível falta de precisão inerente ao processo. Algumas de nossas políticas contábeis exigem graus mais elevados de julgamento do que outros em sua aplicação. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

As políticas contábeis relacionadas ao imobilizado, estoques, reconhecimento de receita, segmentos operacionais, empréstimos e demais itens são descritos nas notas explicativas.

A fim de proporcionar um entendimento de como a Administração forma seus julgamentos a respeito de eventos futuros, incluindo as premissas utilizadas nas estimativas e a sensibilidade desses julgamentos para diferentes variáveis e condições, abaixo são apresentadas as principais políticas contábeis:

a. Contabilização de combinação de negócios, teste de recuperabilidade de ágio e de ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas realizaram aquisições que geraram ágio de rentabilidade futura e ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

De acordo com as Normas Internacionais de contabilidade (IFRS) 3 "Combinações de Negócios", o excesso pago da contraprestação, o valor de qualquer participação minoritária na adquirida (quando aplicável) e o valor justo, data da aquisição, de qualquer participação detida na adquirida sobre o valor justo líquido do ativo identificável adquirido nessa data é registrada como ágio. O preço de aquisição consiste no caixa pago, o valor justo do capital e o justo valor da contraprestação contingente. O IFRS 3 não permite que em uma combinação de negócio, o ágio de rentabilidade futura, bem como os ativos intangíveis com vida útil indefinida sejam amortizados contabilmente, entretanto, eles devem ter o seu valor de recuperabilidade testado a menos anualmente.

A Administração utiliza de julgamentos para identificar ativos e passivos tangíveis e intangíveis, valorizar tais ativos e passivos, e também para a determinação de sua vida útil. O processo de valorização utiliza-se de premissas, baseando-se em fluxos de caixa descontados a uma taxa julgada apropriada. A utilização de diferentes premissas no processo de mensuração pode resultar em uma mensuração distinta dos ativos e passivos.

Os ativos e passivos são inicialmente registrados em nossa melhor estimativa de valor justo. Usualmente são contratados avaliadores terceiros para auxiliar na avaliação dos ativos e passivos adquiridos. Quando terceiros estão envolvidos no desenvolvimento dessas estimativas, a Administração avalia a adequação das premissas significativas utilizadas nas estimativas de avaliação, o que muitas vezes envolve um processo iterativo com os avaliadores. Também são avaliadas as qualificações e a reputação dos avaliadores e a razoabilidade das premissas do valor justo global através da comparação com outras aquisições. Através deste processo, são obtidas informações suficientes para verificar se as metodologias de avaliação utilizadas estão em conformidade com a IFRS 13 "Mensuração do Valor Justo". As estimativas do valor justo de ativos adquiridos e dos passivos assumidos são ajustadas durante o período de mensuração (que não deve exceder um ano, a partir da data de aquisição), ou ativos e passivos são reconhecidos refletindo novos fatos e circunstâncias existentes após a data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos. Estes ajustes não são frequentes e historicamente, não foram significativos.

Nos testes de impairment, os ativos são segregados em grupos que geram entradas de caixa, que são em sua maioria independentes das entradas de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGC). O ágio gerado devido a uma combinação de negócios é alocado em uma UGC ou grupos de UGC, as quais se esperam benefício entre sinergias da combinação.

As UGC(s) tem seu valor recuperável testado anualmente, ou sempre que hajam eventos ou circunstâncias que indiquem perda de seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos o custo de venda ou o valor em uso. A Companhia estima, em primeiro lugar, o valor em uso das UGC e, se for menor que o valor contábil, a Companhia estimará o valor justo menos o custo de venda. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nossas estimativas do valor em uso dos grupos da UGC excederam seus valores contábeis e, portanto, não foram determinadas as estimativas de valor justo menos custo de venda. Nossas estimativas de valor em uso envolvem a utilização de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos demonstradas na nota 17. As premissas são baseadas em estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e, condições econômicas que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

b. Ativos biológicos

As controladas utilizam-se de estimativas e julgamentos para determinar o valor justo dos ativos biológicos, tais como valor de mercado, ciclo de vida médio, período de postura de ovos, e de reprodução. Na apuração do valor justo dos animais vivos já estão computadas todas as perdas inerentes ao processo de criação.

c. Imposto de renda e contribuição social - diferido e corrente

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias em sua apresentação consolidada através das suas controladas. O imposto de renda é estimado em conformidade com os regulamentos de diversas jurisdições onde conduzimos nossos negócios o que requer estimar a posição fiscal atual e avaliar as diferenças temporárias que resultam na diferença entre o tratamento tributário e contábil.

Uma parte dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais pode não ser reconhecida uma vez que a Administração não consiga determinar com segurança que a realização seja provável podendo ser reconhecida quando houver mudança de cenário. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseando em lucros tributáveis projetados, e são limitados ao valor provável de sua realização.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável. A utilização de prejuízos fiscais em outras jurisdições expira entre 10 e 20 anos.

As despesas de impostos diferidos sobre amortização do ágio são registradas somente no momento em que houver amortização fiscal do ágio na apuração.

O valor contábil de um ativo diferido é revisado anualmente no final do exercício. Reduzimos o valor contábil de um ativo fiscal diferido quando não é provável que existam lucros tributáveis suficientes para permitir que parte ou todo benefício do ativo diferido seja utilizado. A redução é revertida quando provável que existam lucros tributáveis suficientes. Impostos correntes e diferidos são demonstrados na nota 23.

A Companhia através de suas controladas aplicam as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, em relação aos tratamentos adotados para a apuração dos tributos sobre o lucro que conflitem de alguma forma com as posições de tribunais superiores. Os impactos desse tratamento estão descritos na nota explicativa 23 - Imposto de renda e contribuição social.

d. Provisão para riscos processuais

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize-se de estimativas e premissas referente as suas contingências, que afeta o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no período de reporte corrente. Em particular, dada as incertezas de natureza fiscais na legislação fiscal brasileira, a determinação de passivos fiscais requer que a Administração utilize-se de julgamentos, e o resultado quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

A Companhia está sujeita a processos natureza trabalhista, cível, fiscal, previdenciário entre outros assuntos. A Administração precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível mas não provável. Perdas avaliadas como possível são demonstradas em nossas notas explicativas nas demonstrações contábeis. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada e a divulgação da mesma não é requerida. Demonstramos nossas contingências significativas na nota 24.

e. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

e1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio adotado para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48/IFRS 9, mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado da seguinte forma:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "CDBs e títulos públicos" e "Instrumentos financeiros derivativos".

ii. Custo amortizado

Representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, recebimentos e pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia classifica, principalmente, "Contas a receber de clientes", "Caixa e equivalentes de caixa", "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos".

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

e2. Contabilidade de hedge

A subsidiária indireta Seara Alimentos da controlada JBS aplica o hedge de fluxo de caixa para os compromissos firmes de compra. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida sobre a rubrica "Outros Resultados Abrangentes - Ajuste de Avaliação Patrimonial".

f. Conversão de moeda estrangeira

f1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional de cada controlada utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

As demonstrações contábeis das controladas sediadas no exterior são elaboradas de acordo com a respectiva moeda funcional de cada entidade. Para fins de cálculo da equivalência patrimonial e consolidação das informações que têm moeda funcional diferente da moeda de apresentação (R\$) são convertidos conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento de cada período;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio médio;
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na linha de Outros resultados abrangentes, e são apresentadas nas demonstrações do resultado abrangente sobre a rubrica "Ajuste acumulado de conversão e variação cambial em controladas".

g. Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.



h. Demonstrações contábeis consolidadas e investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures")

A Companhia consolida todas as empresas controladas. A Companhia controla uma entidade quando assume os riscos e benefícios ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

Os investimentos em coligadas e empreendimento controlado em conjunto ("joint ventures") são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Joint ventures são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

A participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado.

Quando a Companhia adquire mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, registra-se os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do patrimônio líquido na rubrica de "Transações de Capital".

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevante, os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de realização e liquidação; e iii) a taxa de desconto.

j. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia

j1. IAS 39/CPC 38, IFRS 7/CPC 40 (R2) e IFRS 9/CPC 48 – Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 A partir de 1 de janeiro de 2021 está prevista alteração, em decorrência da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da London Interbank Offered Rate (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia está acompanhando a direção dos reguladores globais, indústrias e do mercado em geral de modo a negociar com os bancos a transição da taxa com os menores impactos possíveis no exercício de 2022.

j2. IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes A partir de 1 de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos a Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

j3. IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações fornecem esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, de forma a aplicação correta da norma. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

j4. IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o lucro A partir de 1 de janeiro de 2023, as alterações buscam limitar a abrangência do escopo da isenção de reconhecimento inicial ("IRI") de modo que a IRI não seja mais aplicável às transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Assim, um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido deverão ser reconhecidos para as diferenças temporárias geradas no momento do reconhecimento inicial de um arrendamento ou uma provisão de passivo para desmontagem e remoção. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

j5. IAS 1 (CPC 26(R1)): endereçando a classificação de passivos como circulante ou não circulante Em janeiro de 2020, o IASB publicou as alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos a serem considerados para a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Dentre outros aspectos, as alterações esclarecem a natureza do direito de diferimento da liquidação de um passivo e que este direito deve existir na data-base do relatório, além de indicar que essa classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer discricionariamente o seu direito de postergação de liquidação de um passivo.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Considerando a natureza das alterações propostas e o histórico de atendimento de cláusulas restritivas pela Companhia, atualmente, a Companhia avalia que a norma alterada possua baixo impacto para o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

j6. IFRS 3 (CPC 15 (R1)) em endereçamento às referências atualizadas à Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)) Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3 - Business Combinations (CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios), as quais atualizam as referências à Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro do IFRS (CPC 00 (R2)) anteriormente revisada, além de adicionar exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar o risco de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo da IAS 37 (CPC 25) ou IFRIC 21 Levies (ICPC 19 - Tributos), se incorridas separadamente.

As alterações são aplicáveis para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e, embora não possuam impacto atual para a Companhia, podem ser aplicáveis a novas combinações de negócios no futuro.

j7. IAS 1 e IFRS Practice Statement 2, Divulgação de Políticas Contábeis Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments (documento de natureza educativa emitido pelo IASB e não publicado pelo CPC no Brasil), em que fornece orientação e exemplos para auxiliar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de política contábil. Essas alterações visam auxiliar as entidades a fornecer divulgações de

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

política contábil que são mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contábeis "significativas" por uma exigência de divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Atualmente, a Companhia está avaliando o potencial impacto que as alterações terão.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

4 Combinações de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como 'Ganho de compra vantajosa'.

Companhia adquirida	Adquirente	Participação (%) adquirida	Descrição do negócio	Dedutibilidade fiscal do ágio	Data de aquisição	Preço de aquisição	Ágio
Sunnyvalley Smoked Meats, Inc. ("Sunnyvalley")	Controlada indireta JBS - Plumrose USA, Inc.	100%	Opera nos Estados Unidos e produz uma variedade de produtos como bacon defumado, presunto e peito de peru, para venda a consumidores no varejo e no atacado, aumentando o portfólio de valor agregado e marcas do Grupo.	Não	01.12.21	527.732	101.722
Huon Aquaculture Group Ltd. ("Huon")	Controlada indireta JBS - JBS Aquaculture Pty Ltd.	100%	Opera na Austrália e é a segunda maior empresa de aquicultura de salmão do país com operações verticalmente integradas, situadas na Tasmânia, abrangendo incubatórios, aquicultura marinha, colheita, processamento, marketing, vendas e distribuição, tornando o portfólio do Grupo ainda mais abrangente.	Não	17.11.21	1.658.353	-
Pilgrim's Food Masters ("PFM")	Controlada indireta JBS - Pilgrim's Pride Corporation	100%	Opera no Reino Unido e fortalece a posição da PPC como uma das empresas líderes na indústria de alimentos na Europa, criando uma das maiores e mais completas plataformas integradas de alimentos, com um portfólio de produtos de valor agregado com marcas.	Não	24.09.21	5.097.446	1.862.265
Vivera Topholding B.V ("Vivera")	Controlada indireta JBS - Planterra Holdings B.V.	100%	Opera na Holanda e fortalece e impulsiona a plataforma global de produtos plant-based do Grupo e agrega conhecimento técnico e capacidade de inovação.	Não	17.06.21	2.059.327	708.155
Central Térmica Uruguaiana - CTU (Âmbar Uruguaiana S.A)	Âmbar Comercializadora de Gás	100%	Opera no Brasil na produção e comercialização de energia termoeletrônica. A aquisição se deu pela sua posição estratégica no mercado de energia elétrica, além de ocorrer em um período de crise hídrica no país, que exige o acionamento de usinas termoeletrônicas por todo o país para conter a escassez de energia.	Não	15.06.21	69.148	118.756

A seguir estão apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas combinações de negócios:

VALOR JUSTO	Aquisições						
	2021					2020	
	Sunnyvalley	Huon ¹	PFM ²	Vivera ³	Central Térmica Uruguaiana ⁴	Margarinas ⁵	Empire
Caixa e equivalentes de caixa	8.042	69.080	604	56.496	3.326	-	65.849
Contas a receber de clientes	57.779	130.286	39.468	53.566	23	-	72.821
Estoques	35.629	101.138	322.396	59.356	-	175.761	28.300
Ativos Biológicos	-	1.033.574	-	-	-	-	-
Imposto diferido ativo	-	397.638	-	-	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	-	-	-	-	26.221	-	-
Imobilizado	175.136	1.044.830	1.320.406	144.352	178	551.634	502.085
Direito de uso	-	696.647	78.261	26.632	4	-	2.220



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Intangível	269.319	71.472	2.218.144	1.426.898	-	135.293	476.130
Outros ativos	1.561	60.266	11.017	26.954	65.913	-	1.784
ATIVO	547.466	3.604.931	3.990.296	1.794.254	95.665	862.688	1.149.189
Fornecedores	36.893	338.164	26.832	89.069	2.344	-	71.043
Empréstimos e financiamentos	-	667.135	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	-	-	-	-	419	33.617	-
Provisão para riscos processuais e fiscais	-	-	-	-	142.446	-	-
Arrendamentos a pagar	-	622.623	101.494	26.637	-	-	2.220
Impostos correntes e diferidos	78.936	232.699	612.836	295.346	-	-	44.957
Outros Passivos	5.627	85.957	13.953	32.030	64	-	6.695
PASSIVO	121.456	1.946.578	755.115	443.082	145.273	33.617	124.915
Ativos e passivos líquidos	426.010	1.658.353	3.235.181	1.351.172	(49.608)	829.071	1.024.274
Preço de aquisição	527.732	1.658.353	5.097.446	2.059.327	69.148	843.988	1.315.103
Ágio/(Ganho em compra vantajosa) gerado na operação	101.722	-	1.862.265	708.155	118.756	14.917	290.829

¹ O preço pago pela Huon corresponde ao valor justo de seus ativos e passivos, dessa forma não ocorreu geração de ágio na operação na alocação dos saldos.

² A aquisição foi paga com os recursos captados das Notas 3,50% PPC 2032, emitidas pela PPC, juntamente com recursos de demais linhas de crédito já existentes.

³ A aquisição foi paga com os recursos captados das Notas 3,75% JBS Lux 2031, emitidas pela JBS USA.

⁴ A aquisição contempla mais valia de ativo imobilizado e ativo indenizatório, cujo montante é de R\$ 118.756. A avaliação e mensuração dos ativos e passivos a valor justo, está sustentada por laudo de avaliação apresentado de forma provisória requerendo melhor detalhamento na avaliação do valor justo dos ativos tangíveis (até 1 ano), conforme prevê o CPC 15/R1.

⁵ Em 31 de agosto de 2021, a alocação do preço de aquisição do negócio Margarinas foi concluída. Referente ao período comparativo de 2020, foi reconhecido o montante de R\$ 361.013, como mais valia no imobilizado e intangível e redução no ágio.

São apresentados abaixo a receita líquida e lucro líquido na data de aquisição até o final do exercício das referidas aquisições:

Companhia	2021		2020	
	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Sunnyvalley	71.581	3.662	-	-
Huon	217.336	(30.828)	-	-
PFM	1.659.277	13.145	-	-
Vivera	292.245	(36.791)	-	-
Margarinas	-	-	61.304	(8.765)
Empire	-	-	1.089.207	(112.573)
Central Térmica Uruguaiana - CTU	736.060	314.164	-	(44.553)

Informações consolidadas pro-forma:

As receitas líquidas e lucros líquidos apresentados como pro-forma, somam as aquisições realizadas no período como se tivessem ocorrido desde o início do exercício de cada aquisição, demonstrados abaixo:

	2021	2020
Receita líquida pro-forma	356.973.692	271.442.907
Lucro líquido pro-forma	19.744.208	4.787.460

As informações pro-forma apresentadas acima não possuem finalidade de representar os resultados da Companhia caso a conclusão das aquisições tivessem ocorrido na data do exercício corrente, assim como não indica resultados esperados em exercícios futuros, sendo apenas demonstrada para fins informativos.

As aquisições não significativas dos exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020 pela controlada JBS, são apresentadas a seguir:

Negócio	Adquirente	Data de aquisição	Percentual (%) adquirido	Preço de aquisição	Ágio	Ágio dedutível para fins fiscais
Randall Parker	Pilgrim's Pride Corporation	Novembro/2021	100 %	72.516	9.830	Não



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

BMF	Seara Alimentos Ltda.	Maior/2021	48,8 %	21.412	8.421	Sim
FAMPAT/Plan Pro	Pilgrim's Pride Corporation	Abril/2021	100 %	15.599	11.513	Não

Evento relevante - aquisição em andamento: Em 17 de novembro de 2021, a controlada JBS, através de sua subsidiária indireta JBS Global Luxembourg S.à.r.l, anunciou a aquisição de 51% da participação acionária da BioTech Foods, SL ("BioTech") no montante de aproximadamente US\$ 100 milhões (equivalente a R\$ 558.050 em 31 de dezembro de 2021), sujeito a aprovação das autoridades locais. A BioTech é uma das líderes no desenvolvimento de biotecnologia para a produção de proteína cultivada, marcando o ingresso da controlada JBS neste mercado que consiste na produção de alimentos a partir de células animais. A controlada JBS também anunciou a construção de duas unidades fabris na Espanha e no Brasil, a fim de dar escala ao desenvolvimento da tecnologia.

Eventos subsequentes:

a. Em 4 de janeiro de 2022, a controlada JBS, através de sua subsidiária indireta Primo Foods Pty. Ltd., adquiriu a totalidade das ações da Rivalea Holdings Pty Ltd e da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd ("Rivalea"), por um montante de aproximadamente US\$ 125,9 milhões (equivalente a R\$ 702.585 em 31 de dezembro de 2021), sujeito a ajustes de capital de giro, sendo US\$ 6,7 milhões (equivalente a R\$ 37.389 em 31 de dezembro de 2021) pagos antecipadamente em junho de 2021, registrados na rubrica "Outros ativos não circulantes". A Rivalea tornará a Companhia líder de processamento de suínos na Austrália.

b. Em 4 de fevereiro de 2022, a controlada JBS através de sua subsidiária indireta Rigamonti, concluiu a aquisição da totalidade das ações do Grupo King's no montante de aproximadamente € 84 milhões (equivalente a R\$ 530.964 em 31 de dezembro de 2021), sujeito a ajustes de capital de giro, sendo €65 milhões (equivalente a R\$ 410.865 em 31 de dezembro de 2021) pagos em caixa e € 19 milhões (equivalente a R\$ 120.099 em 31 de dezembro de 2021) diferidos até 2024. O Grupo King's é líder de mercado na produção de Prosciutto di San Daniele D.O.P. (presunto cru) e tem atuação relevante na produção de Prosciutto di Parma D.O.P. (presunto cru). A aquisição coloca a Companhia entre os líderes da salumeria italiana, sendo estratégica para a expansão da Companhia nos Estados Unidos e Europa.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras e outros equivalentes de caixa com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um imaterial risco de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Caixa e bancos	1.534	857	17.305.107	15.519.728
CDB - DI	648.670	1.410.192	7.057.732	6.042.914
	650.203	1.411.049	24.362.838	21.562.642

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, são aplicações realizadas junto à instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. No consolidado incluem aplicações financeiras similares aos CDB's com rendimentos fixos.

Títulos públicos - Correspondem a títulos adquiridos com instituições financeiras, cuja condições e características são similares aos CDB's.

6 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, menos a eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. O aging do contas a receber assim como a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Duplicatas a vencer:*				
Mercado Interno ¹	-	-	12.507.445	9.135.052
Mercado Externo	-	-	6.138.726	2.890.773
	-	-	18.646.171	12.025.825
De 1 a 30 dias	-	-	2.109.894	2.073.727
De 31 a 60 dias	-	-	391.861	144.705
De 61 a 90 dias	-	-	140.951	48.494
Acima de 90 dias	5.093	5.093	660.726	547.811
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD ²	(5.093)	(5.093)	(465.274)	(419.759)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(25.425)	(10.664)



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

-	-	2.812.732	2.384.314
-	-	21.458.903	14.410.139

(*) Os saldos comparativos do exercício de 2020 foram segregados entre mercado interno e externo sobre a rubrica "Duplicatas a vencer", para melhor apresentação.

¹ Em novembro de 2021, a subsidiária da controlada Âmbor Energia, Âmbor Uruguiana ingressou com uma ação de rito ordinário com pedido da concessão de tutela de urgência, diante do indevido cancelamento da oferta para geração de energia elétrica, com base no par. 7º do art. 5º da Portaria 17.201 do MME, que estabelecia uma entrega mínima mensal superior a 50% do volume contratado. A controlada Âmbor Energia fundamenta-se exatamente na ocorrência da força maior que impediu de dar cumprimento pela não disponibilidade de gás natural e obteve liminar favorável ao seu pleito em 30/11/2021, o que lhe permitiu produzir e entregar toda a energia no regime da oferta da Portaria Normativa MME 17/2021 até o final do período contratado (31/12/2021).

Inconformada, a União apresentou pedido de Suspensão de Liminar e Sentença (SLS) perante o TRF1, que foi acolhido tão somente em 31/12/2021 para suspender os efeitos da liminar anteriormente concedida em 1ª instância, quando já havia se consumado a geração de energia para o período contratado. Contra referida decisão, foram opostos, pela controlada Âmbor Energia, Embargos de Declaração, que foram parcialmente acolhidos em 03/02/2022, determinando-se a revogação da suspensão (antes deferida) e extinguindo o SLS, por reconhecer como exaurido seu objeto.

Contra mencionada decisão, foram apresentados, agora pela União, novos Embargos de Declaração e uma manifestação com pedido de cautela, que foi acolhido em 08/03/2022 para determinar a imediata suspensão do pagamento pela CCEE em favor da controlada Âmbor Energia no montante de R\$ 739 milhões equivalente à energia gerada em dezembro/2021, até julgamento dos Embargos da União.

A controlada Âmbor Energia já apresentou resposta aos Embargos da União e requereu a reconsideração da decisão de suspensão do pagamento, ofertando a apresentação de seguro garantia, caso o juiz considerar a decisão. Esse pedido ainda pende de apreciação por parte do Presidente do TRF-1.

Em paralelo, também na opinião da Administração da controlada Âmbor pendem de julgamento, perante o TRF-1, os Agravos de Instrumento interpostos pela União e o ONS contra a decisão liminar inicialmente deferida pelo juiz de 1º grau.

² No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análises das operações dos clientes, assim como referências a entidades de monitoramento de crédito.

As perdas estimadas são calculadas com base na análise do "aging list". Uma provisão é registrada para itens de longa data e duplicatas vencidas, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, bem como suas reversões são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas".

A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Saldo inicial	(5.093)	(5.093)	(419.759)	(351.945)
Aquisição em combinações de negócios ¹	-	-	(107)	-
Ativos mantidos para venda	-	-	(65.673)	(33.562)
Variação Cambial	-	-	45.121	(84.387)
Baixas	-	-	(24.856)	50.134
Saldo final	(5.093)	(5.093)	(465.274)	(419.759)

¹ Refere-se à aquisição da BMF (Bait Almakoolat Food Industries), realizada no segundo trimestre de 2021, pela subsidiária direta da controlada JBS, Seara Alimentos conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

7 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no princípio do primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS). No caso dos produtos acabados e dos produtos em processo, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal. Os ativos biológicos são transferidos para o estoque no momento do abate, com base em seus valores contábeis, que é o custo histórico ou o valor de mercado, dependendo das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota 8.

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Produtos acabados	17.028.540	11.245.311
Produtos em processo	2.042.101	1.138.863
Matéria-prima	3.586.806	2.309.743
Almoxarifado	4.178.090	3.106.276
	26.835.537	17.800.192

8 Ativos biológicos

Os animais vivos são representados por bovinos, aves e suínos e segregados em consumíveis e animais para produção. Os animais para abate são destinados para produção de carne in natura e/ou produtos elaborados e processados e enquanto não atingem o peso adequado para abate são classificados como imaturos. Os processos de abate e produção ocorrem de forma sequencial em um curtíssimo intervalo de tempo e, como consequência, apenas os animais vivos transferidos para abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção (matrizes) são aqueles que têm a função de produzir outros ativos biológicos. Enquanto não atingem a idade de reprodução são classificados como imaturos e quando estão aptos a iniciar o ciclo reprodutivo são classificados como maduros. As florestas referem-se a plantações de eucaliptos utilizadas para barreiras sanitárias, e quando atingem a maturidade, a lenha destes eucaliptos é utilizada no processo produtivo.

A Companhia e suas controladas determinaram que o método de custo é a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de seus animais vivos, principalmente por conta do curto período de vida dos ativos biológicos, bem como o preço que seria recebido pela venda em um mercado ativo baseado no custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida. No caso de animais mantidos para produção, esse custo é reduzido ao longo do tempo levando em conta a redução em valor ao longo de sua vida útil.

As florestas referem-se a plantações de eucaliptos utilizadas para barreiras sanitárias, e quando atingem a maturidade a lenha é utilizada no processo produtivo. Para as florestas, a Companhia utilizou a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado em razão de não existir um mercado ativo que possibilite a obtenção de comparativos suficientes para a aplicação do Método Comparativo de Dados de Mercado.

Aves e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a aves destinadas ao abate após período de maturação. As aves permanecem em desenvolvimento durante um período de 30 a 48 dias para produção de carne in natura e/ou produtos industrializados.

Não circulantes (para reprodução) - Referente a matrizes de aves destinadas a reprodução e tem sua vida útil estimada em 68 semanas (476 dias). Os animais nessa categoria são segregados em maduros, animais já em estágio de reprodução, e imaturos, pois estão em desenvolvimento. Os custos associados as matrizes são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (ovos). A amortização de uma ave madura é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Bovinos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a gado bovino em sistema de confinamento (intensivo), gado bovino a pasto (extensivo) que permanece em desenvolvimento por um período de 90 a 120 dias.

Não circulantes (para reprodução) - Referente a touros que são destinados à reprodução, que têm vida útil estimada de 5 anos (1.825 dias). Os custos associados a bovinos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos. A amortização de um bovino é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Suínos:

Circulantes (consumíveis) - Referente a suínos destinados a abate após o período de maturação. Os suínos permanecem em período de maturação de 170 a 175 dias, para a produção de carne in natura e/ou produtos industrializados.

Não circulantes (para reprodução) - Referente a suínos que são destinados à reprodução, que têm vida útil estimada de 27 meses (810 dias). Os custos associados a suínos são acumulados do período de reprodução (imaturos) e amortizados durante seu ciclo produtivo conforme sua capacidade de produzir novos ativos (suínos). A amortização de um suíno é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração de resultado do exercício.

Peixes e ovos:

Circulantes (consumíveis) - Refere-se aos peixes que pesam aproximadamente acima de 1 quilo, e que são destinados ao abate após o período de maturação. Neste estágio, os peixes são mensurados a valor justo menos o custo de venda.

Não circulantes (em estágio de maturação) - Refere-se aos ovos, alevinos, salmão smolt e peixes abaixo de 1 quilo. O período de tempo estimado para o desenvolvimento de ovos para peixes é de aproximadamente 2 anos. Neste estágio, os ativos são mensurados a custo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Não circulantes (para reprodução) - Refere-se as matrizes de peixes que são destinados à reprodução, que têm vida útil estimada de 3 anos (1.095 dias). Os custos associados aos peixes são acumulados até o período de produção e amortizados ao longo de sua vida produtiva com base em uma estimativa de sua capacidade de produzir novos ativos (peixes). A amortização de um peixe é reconhecida sobre a rubrica "Custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado do exercício.

Ativos biológicos circulantes (consumíveis):	Consolidado			
	31.12.21		31.12.20	
	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
Aves e Ovos	3.313.591	562.314	2.590.938	550.430
Bovinos	308.891	57	324.347	72
Suínos e ovinos	2.827.733	5.961	2.200.435	7.391
Peixes (Kg)	970.633	25.407	-	-
	7.420.848	593.739	5.115.720	557.893

Ativos biológicos não circulantes (para produção):	Consolidado			
	31.12.21		31.12.20	
	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)	Saldo contábil	Quantidade (mil cabeças)
Aves maduras (em reprodução)	774.549	23.716	694.300	22.482
Aves imaturas (em desenvolvimento)	895.171	19.322	687.019	17.709
Bovinos	6.842	-	4.838	-
Suínos	465.667	561	381.688	521
Peixes maduros (kg) e ovos	91.983	534	-	-
Florestas de eucaliptos*	10.807	2.232	10.720	2.187
	2.245.019	46.365	1.778.565	42.899
	9.665.867	640.104	6.894.285	600.792

(*) Expresso em hectares.

Movimentação do ativo biológico:	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.115.720	1.778.565
Aquisição em combinações de negócios ¹	952.738	80.836
Aumento por nascimentos e absorção de custos	54.243.224	3.198.452
Redução por abate, venda ou consumo	(56.177.174)	(285.443)
Aumento por aquisição de ativo biológico	2.287.634	865.509
Redução por morte	(180.346)	(52.435)
Fair value (marcação a mercado)	(175.014)	398
Transferência entre circulante e não circulante	1.138.400	(1.138.400)
Variação Cambial	215.666	98.307
Amortização	-	(2.300.770)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.420.848	2.245.019

Movimentação do ativo biológico:	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.906.004	1.382.559
Aumento por nascimentos e absorção de custos	38.600.959	2.407.343
Redução por abate, venda ou consumo	(40.029.277)	(237.973)
Aumento por aquisição de ativo biológico	1.398.551	866.676
Redução por morte	(192.359)	(46.109)
Fair value (marcação a mercado)	(158.955)	952
Transferência entre circulante e não circulante	900.139	(900.139)
Variação Cambial	690.658	309.748
Amortização	-	(2.004.492)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.115.720	1.778.565

¹ Refere-se a aquisição da Huon, realizada no quarto trimestre de 2021, pela controlada indireta da JBS, JBS Aquaculture Pty Ltd., conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
ICMS e equivalentes (IVA / VAT/ GST)	-	-	4.421.436	3.572.244
PIS e COFINS	22.763	19.547	2.764.110	3.051.276
IRRF/IRPJ a recuperar	138.036	104.229	4.136.632	4.620.896
Outros	42	23	275.339	478.756
	160.841	123.799	11.597.517	11.723.172
Desmembramento:				
Ativo circulante	65.484	28.442	3.491.836	2.960.108
Ativo não circulante	95.357	95.357	8.105.682	8.763.064
	160.841	123.799	11.597.517	11.723.172

ICMS - Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços: Advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, uma vez que as exportações são isentas. Considerando que os créditos não expiram, a Companhia tem expectativa de recuperar referidos créditos integralmente, seja para compensar impostos em vendas no mercado interno, seja na aquisição de ativos imobilizados, embalagens, energia elétrica, venda para terceiros e outros.

PIS e COFINS: Refere-se substancialmente a crédito não cumulativo incidentes sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos no mercado externo. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante compensação de outros impostos de âmbito Federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie, por via administrativa ou judicial. Através da Lei 13.670, a Controlada JBS, que possui esses créditos, passou a compensar os créditos de PIS e Cofins gerados, a partir de agosto de 2018 com débitos previdenciários.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS (imposto sobre circulação de bens e serviços) na base da cálculo do PIS (programa de integração social) e da COFINS (Contribuição para o financiamento da seguridade social). As controladas JBS e Flora e suas subsidiárias, que possuem a maior parte do montante de PIS e COFINS do consolidado da Companhia, haviam ingressado com ação solicitando o ressarcimento dessa matéria, e no ano de 2020 houve o trânsito em julgado de diversas ações com êxito para as controladas.

IRPJ e IRRF: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, estoque residual de imposto de renda pago pelas controladas e suas subsidiárias no exterior e antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros.

10 Ativos disponíveis para venda

A classificação como um ativo disponível para venda ocorre quando os seguintes critérios são atendidos: o ativo deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais; ii) a venda do ativo deve ser altamente provável; e iii) o nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo. A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Os saldos do balanço patrimonial dos ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão compostos a seguir:

	Consolidado			
	2021		2020	
	Eldorado Celulose ¹	FIP Caixa Milão ²	Eldorado Celulose	
Caixas e equivalentes de caixa	814.499	-	950.406	
Contas a receber de clientes	928.009	-	712.377	
Estoques	678.435	-	544.885	
Impostos a recuperar	75.694	-	1.230.731	
Ativos biológicos	3.493.833	-	3.004.369	
Imobilizado	4.881.888	-	4.737.854	
Direito de Uso	920.423	-	927.413	
Intangível	100.005	-	77.847	
Impostos diferidos	50.066	-	286.114	
Investimentos em Controladas	150.521	8.673	150.521	
Outros ativos circulantes e não circulantes	496.820	-	246.410	
Total do ativo	12.590.193	8.673	12.868.927	

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Empréstimos e financiamentos	6.143.992	-	7.726.957
Fornecedores	289.736	-	267.073
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	184.602	-	163.501
Arrendamento a pagar	939.971	-	921.286
Provisão para contingências	34.916	-	31.850
Outros passivos circulantes e não circulantes	251.237	-	55.560
Total do passivo	7.844.454	-	9.166.227
Patrimônio líquido	4.745.739	8.673	3.702.700

¹ A companhia optou conservadoramente por classificar sua participação na Eldorado como ativo mantido para a venda no ativo não circulante, uma vez que não tem controle sobre os desdobramentos futuros deste caso e tampouco o prazo que isto ocorrerá, evitando assim quaisquer distorções relativas as análises dos demonstrativos contábeis

² O montante apresentado refere-se à participação que a subsidiária da Ambar Energia, FIP Milão tem nas Companhias Eólica Bom Jesus, Cachoeira, Pitimbu, São Caetano, São Caetano I e São Galvão, que foram destinadas a venda.

Os resultados por empresa dos ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão compostos a seguir:

	Consolidado		
	2021		2020
	Eldorado Celulose	FIP Caixa Milão ¹	Eldorado Celulose
Receita líquida	6.054.774	-	4.426.139
Custo	(1.980.030)	-	(1.872.732)
LUCRO BRUTO	4.074.744	-	2.553.407
(Despesas) receitas operacionais	(1.911.917)	-	(800.615)
RESULTADO OPERACIONAL	2.162.827	-	1.752.792
Resultado financeiro líquido	(1.005.586)	-	(2.046.245)
Resultado de equivalência patrimonial	-	496	-
Resultado das operações descontinuadas antes dos impostos	1.157.241	496	(293.453)
Imposto de renda e contribuição social	(277.479)	-	185.042
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	879.762	496	(108.411)

Os fluxos de caixa líquidos incorridos pelas unidades de negócios dos Ativos classificados como disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, são:

	Consolidado		
	2021		2020
	Eldorado Celulose	FIP Caixa Milão ¹	Eldorado Celulose
Atividades operacionais	3.386.122	-	2.141.980
Atividades de investimentos	(845.473)	-	(747.235)
Atividades de financiamento	(2.638.719)	-	(1.346.741)
Caixa líquido gerado (utilizado)	(98.070)	-	48.004

Arbitragem Eldorado

Em 02 de setembro de 2017, a J&F celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brasil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence ("CA Investment"), pelo valor total da Companhia de 15 bilhões, a ser ajustado de acordo com capital de giro e dívida líquida, nos termos do contrato ("Compra e Venda de Ações").

O Contrato de Compra e Venda de Ações previa que a transferência do controle da subsidiária Eldorado, da J&F à CA, poderia ocorrer durante o prazo de 12 (meses), caso determinadas condições precedentes fossem cumpridas. Essas condições não foram cumpridas e a transferência do controle não ocorreu durante o prazo previsto no contrato, sendo que a J&F exerceu seu direito de extinguir o Contrato de Compra e Venda de Ações.

A J&F considerou extinto o Contrato de Compra e Venda, dado que a CA não cumpriu as condições precedentes para o fechamento da Segunda Compra. A J&F obteve vitória preliminar na Justiça de São Paulo, e posteriormente a disputa foi endereçada para a Câmara de Comercio Internacional "CCI". A demanda na CCI discute se o contrato estava extinto como entendeu a J&F ou não.

Em 31 de dezembro de 2020 a composição acionária da Companhia é composta por 49,42% de participação da CA Investment e de 50,58% de participação acionária da J&F, únicos acionistas da subsidiária Eldorado, permanecendo a J&F como controladora da Companhia.

Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão no processo arbitral determinando o cumprimento de todas as etapas para conclusão do negócio conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações. Em 2021, a J&F obteve no judiciário decisão para suspender as providências para conclusão do negócio, permanecendo a J&F como acionista controladora da subsidiária Eldorado.

11 Títulos a receber

A Companhia adquiriu uma carteira de recebíveis no montante de R\$ 128.335 em 2021 e de R\$ 23.879 em 2020 as quais decorrem de crédito substancialmente de empresas de natureza de agronegócio. O saldo da carteira em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 304.891 (R\$ 457.981 em 31 de dezembro 2020), no qual demonstramos abaixo a sua movimentação durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Movimentação de títulos a receber:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	457.981	486.722	457.981	486.722
(+) Adições	128.335	23.879	128.335	23.879
(-) Recebimentos	(35.132)	(52.723)	(35.132)	(52.723)
(-) Perdas efetivas	(51.268)	-	(51.268)	-
(+) Despesas alocadas	-	103	-	103
Provisão para Impairment	(195.024)	-	(195.024)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	304.891	457.981	304.891	457.981

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de provisão para impairment é R\$ 249.707, sendo R\$ 54.683 saldo de 31 de dezembro de 2020.

A provisão é registrada para itens de longa data vencidos, considerando as perdas avaliadas como prováveis com base em análises históricas.

Esfera Administrativa: É feita a avaliação inicial do crédito e respectivas garantias. Se houver alienação fiduciária de imóvel, analisa-se o valor do imóvel e compara-se o valor do crédito para que se prossiga com o procedimento extrajudicial de consolidação da propriedade. Caso a garantia seja um imóvel, e este imóvel seja um valor muito inferior ao valor do crédito, opta-se pelo ajuizamento da ação judicial cabível. Contatos com os devedores também podem ser realizados nessa fase para tratativas.

Esfera Judicial: A Companhia realiza o acompanhamento junto aos escritórios terceirizados, inclusive revisão de peças judiciais, alinhamento de estratégia, além de todo o suporte em geral. Mensalmente todos os créditos da carteira assim como o atual andamento das cobranças são analisados pelo comitê de crédito e cobrança da Companhia.

12 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período relativas a operações entre partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e suas controladas em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes. Nas operações de conta corrente incidem cobrança de custos administrativos, de captação e variação cambial, quando aplicável. Detalhamento dos créditos e débitos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

CONTROLADORA	Moeda	Vencimento	Repasse de custos (administração & captação)	Contas a Receber		Contas a Pagar		Efeito no resultado	
				31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Controladas diretas									
Eldorado	R\$	10.01.2022	1% a.a	173	1.689	-	-	(1.375)	13.890
Globe	R\$	03.10.2022	-	83.425	83.344	-	-	-	-
Flora Urbanismo	R\$	08.12.2022	-	27.310	28.516	-	-	-	271
Flora H&L	R\$	26.01.2022	-	571	42	-	-	35.662	-
JBS S.A	R\$	28.01.2022	-	-	-	(108)	(151)	-	-
J&F Investimentos Ltd	US\$	11.05.2022	Libor 6M + 3% a.a	-	-	(5.919)	(5.427)	166	785
Anglo	R\$	17.11.2022	-	-	-	(3.539)	(3.894)	-	-
Âmbar Energia	R\$	14.06.2022	-	24	-	(367.859)	(167.272)	-	-
Outras Partes Relacionadas									
Vipe	R\$	20.05.2021		-	-	-	-	-	1.206
Vivape	R\$	15.12.2020	CDI+ 3% a.a.	-	-	-	-	-	1.871
Mundo Novo	R\$	20.05.2027	CDI+ 3% a.a.	9.020	11.308	-	-	2.288	2.386
PicPay	R\$	17.01.2022	CDI+ 3% a.a.	934	2	-	-	-	-
Canal Rural	R\$	20.01.2022	-	3.187	19	-	-	-	201
VNMB Participações	R\$	21.03.2022	-	6	5	-	-	-	59
Arrossensal	R\$	20.01.2022	-	4	4	-	-	-	46
J&F Participações	R\$	28.05.2022	-	2.224.672	486.844	-	-	(76.007)	4.120
Germinare	R\$	14.01.2022	100% CDI	2	2	-	-	-	-
Banco Original	R\$	13.12.2022	100% CDI	2.607	842	-	-	-	8.975
ZMF	R\$	20.01.2022	-	25	25	-	-	-	300
JJMB	R\$	20.01.2022	100% CDI	7	7	-	-	-	78
WWMB	R\$	20.01.2022	-	8	8	-	-	-	98
J&F Floresta Araguaia	R\$	20.01.2022	-	21	21	-	-	-	252
José Batista Sobrinho	R\$	21.12.2043	-	228.985	219.344	-	-	-	219.344
				2.580.979	832.022	(377.424)	(176.744)	(39.266)	253.882

Garantias prestadas e/ou recebidas pela Companhia

A Companhia é garantidora de empréstimos para capital de giro e financiamentos de máquinas e equipamentos de sua controlada Flora, no montante de R\$ 101.138 (R\$ 131.757 em 31 de dezembro de 2020) com vencimento em 2024.

A Companhia era garantidora, após garantia de ativos da controlada Eldorado, de todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e parte das modalidades de ACC, Finame e NCE da controlada Eldorado em 31 de dezembro de 2020, com vencimento até 2025, porém esta garantia foi extinta em 2021 conforme mencionado na nota explicativa 10 "Arbitragem Eldorado".

A Companhia é garantidora dos contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de CCB, debêntures e de notas promissórias contratadas para o financiamento da compra do gás da operação e capital de giro da controlada Ambar Energia no montante de R\$ 1.556.634 com vencimento até 2023.

Nos contratos de conta corrente com partes relacionadas incidem cobrança de custos administrativos e de captação e variação cambial, quando aplicável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

CONSOLIDADO	Contas a Receber	
	31.12.21	31.12.20
J&F Participações	2.224.672	486.844
J&F Oklahoma	417.702	371.901
José Batista Sobrinho	228.985	219.344
Vipe	28.920	26.343
Vivape	21.317	17.554
Canal Rural	3.187	19
ERJ	3.092	-
Banco Original	2.607	842
PicPay	935	2
ZMF	25	25
J&F Floresta Araguaia	21	21
WWMB	8	8
JJMB	7	7
VNMB Participações	6	5
Arrossensal	4	4
Germinare	2	2
JBS Ontario	-	10.118
Original Corretora	-	2.495
	2.931.490	1.135.534

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores da Companhia, por serviços nas respectivas áreas de competência foi de R\$ 6.096 no período findo em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 10.456 em 31 de dezembro de 2020.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R3) – Apresentação de Partes Relacionadas, os membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho ou remuneração com base em ações.

13 Investimentos em coligada, controladas e empreendimento controlado em conjunto “Joint ventures”

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findos em 31 de dezembro de 2021:

Em controladas:	Total de ativos	Participação percentual		Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
JBS ¹	207.109.111	47,22 %		23.576.206	44.119.292	350.695.562	20.486.561
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. ²	1.460.968	84,9 %		750.901	819.107	1.368.110	(27.946)
Gasocidente Mato Grosso Ltda ³	182.543	100 %		61.559	103.400	27.231	19.295
Fundo de Invest em Particip Colorado	245.647	49,95 %		222.747	245.538	-	(9.420)
FIC FIP JMF	3.050.531	99,5 %		2.027	3.048.198	-	1.313.921
J&F Investimentos Ltd	15.869	100 %		24.331	15.869	-	(19)
Futura Venture	240	100 %		2.204	234	-	(4)
Fazenda Botas	3	99,9 %		13	2	-	(1)
Globe Investimentos	598	99,9 %		1	(83.258)	-	(23)
Fundo Invest. Dir. Credit. NP - CERES	520.066	100 %		5.011	520.009	-	14.445
Anglo alimentos	34.502	100 %		121.788	22.523	-	(1)
Flora Urbanismo	475.572	100 %		24.150	40.715	17.447	29.581
Original Corp. Corretora	17.030	80 %		259.935	12.843	79.485	(45.460)
Âmbar Energia	4.597.949	100 %		1.019.760	1.522.629	2.062.565	(214.198)
Fundo de Invest em Particip Caixa Milão ⁴	543.778	100 %		363.108	543.722	-	(5.415)
Em "Joint ventures":							
J&F Holding GMBH	1.709.433	36,36 %		453.410	(110.044)		(244.717)

¹ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na JBS.

² Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na Flora.

³ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui na Gasocidente Mato Grosso.

⁴ Inclui a participação direta e indireta que a J&F possui no FIP Caixa Milão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Na Controladora:	Saldo em 31.12.20	Adição (Baixa)	Variação Cambial (i)	Dividendos	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.21
					No Patrimônio Líquido (ii)	No Resultado do Período	
JBS	14.723.095	(566.882)	-	(1.912.381)	(2.393.265)	7.930.803	17.781.370
FIC FIP JMF	2.487.769	4.542	-	(266.068)	(500.643)	1.307.352	3.032.952
Ambar Energia	834.957	-	-	-	52.357	634.962	1.522.276
Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A.	576.718	14.862	-	-	784	(19.543)	572.821
Fundo Invest. Dir. Credit. NP - CERES	496.626	289	-	(4.752)	-	14.061	506.224
Fundo de Invest. em Participações Colorado	120.571	624	-	-	(495)	(4.706)	115.994
Flora Urbanismo	8.712	-	-	-	2.422	29.581	40.715
Anglo alimentos	22.524	-	-	-	-	(1)	22.523
J&F Investimentos Ltd	14.796	-	1.092	-	(0)	(19)	15.869
Original Corp. Corretora	1.968	44.700	-	-	-	(36.368)	10.300
Fundo de Invest. em Particip. Caixa Milão	5.109	(12)	-	-	368	(54)	5.412
Gasocidente Mato Grosso Ltda	664	-	-	-	(87)	173	750
Futura Venture	238	-	-	-	-	(4)	234
Fazenda Botas	3	-	-	-	-	(1)	2
J&F Holding GMBH	97.681	1.091	9.264	-	(63.330)	(84.718)	(40.011)
Globe Investimentos	(83.152)	-	-	-	-	(23)	(83.175)
J&F Participações	(1.967.138)	2.279.809	-	-	(4.731)	(307.939)	-
Subtotal	17.341.142	1.779.024	10.356	(2.183.201)	(2.906.620)	9.463.556	23.504.256
Provisão para perdas de investimentos (iii)	2.050.290	-	-	-	-	-	123.186
	19.391.432						23.627.444

(i) Conforme definido no IAS 21/CPC 2 R2 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis, refere-se à variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira e que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), a qual foi lançada diretamente no patrimônio líquido da Companhia sobre a rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

(ii) Refere-se ao reflexo de ajustes de avaliação patrimonial, assim como ajuste acumulado de conversão e transações de capital, registrado no patrimônio líquido das controladas, cujo efeito está sendo reconhecido, quando do cálculo da equivalência patrimonial, diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

(iii) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes (Globe Investimentos e J&F Holding GMBH).

J&F Participações

Em 31 de março de 2021 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda para alienação da totalidade das suas de suas ações Ordinárias e de ações Preferenciais da J&F Participações S.A. perfazendo 75% da participação acionária da J&F Participações S.A. ("J&F Participações") para Wesley Mendonça Batista e Joesley Mendonça Batista ("Compradores"). A J&F Participações possuía patrimônio líquido negativo de R\$ (3.039.745) e o referido valor foi revertido para o resultado do período na rubrica de outras receitas e despesas da demonstração de resultado de exercício da Companhia.

No consolidado:

	Saldo em 31.12.20	Adição (Baixa)	Distribuição de dividendos	Transferencia Ativo disponível para venda	Equivalência patrimonial		Saldo em 31.12.21
					No Patrimônio Líquido	No Resultado do Período	
Meat Snacks Partners Ltda.	113.751	-	(31.000)	-	-	86.299	169.050
JBS Ontário	57.345	6.165	-	-	4.418	6.212	74.140
Figueiras do Parque	33.670	2.947	(1.890)	-	11	1.734	36.472
Swiss Park Empresarial	15.310	-	-	-	-	-	15.310
TMT	202.757	-	-	-	32.928	25.714	261.399
VSB	209.028	-	-	-	-	14.725	223.753
São Caetano I	629	94	-	(678)	-	(45)	-
São Caetano	434	306	-	(694)	-	(46)	-
Cachoeira	299	432	-	(689)	-	(42)	-
Bom Jesus	493	250	-	(699)	-	(44)	-
Pitimbu	126	819	-	(876)	-	(69)	-
São Galvão	3.132	2.247	-	(5.124)	-	(255)	-
Outros	50	159	-	-	-	-	209
Total	637.025	13.419	(32.890)	(8.760)	37.357	134.183	780.333
J&F Participações	(1.967.138)	2.279.809	-	-	(4.731)	(307.940)	-
J&F Holding GMBH (*)	97.682	1.091	-	-	(54.066)	(84.718)	(40.011)
Dividendos adicionais aprovados pela JBS	604.002	-	(604.002)	-	-	-	-
	(628.429)	2.294.319	(636.892)	(8.760)	(21.440)	(258.475)	740.322

(*) Transferência dos investimentos negativos para outros passivos não circulantes (J&F Holding GMBH)

14 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo em condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes, são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens de substituição ou manutenção, são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado ou UGCs são imediatamente baixados após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O valor recuperável é o valor mais alto da estimativa entre o preço de venda líquido dos ativos e o seu valor em uso.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Consolidado	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.21	31.12.20
Imóveis	5 a 50 anos	29.115.390	(9.504.772)	19.610.618	17.216.535
Terra nua e terrenos	-	5.346.701	-	5.346.701	4.852.248
Máquinas e equipamentos	5 a 25 anos	44.835.454	(24.262.598)	20.572.856	16.793.946
Instalações	5 a 20 anos	5.483.901	(2.633.971)	2.849.930	2.450.337
Equipamentos de informática	2 a 7 anos	1.930.117	(1.247.785)	682.332	521.290
Veículos e aeronaves	2 a 10 anos	1.361.976	(645.247)	716.729	639.255
Obras em andamento	-	6.844.990	-	6.835.999	4.123.096
Outros	5 a 15 anos	2.672.479	(1.645.000)	1.036.471	853.968
		97.591.009	(39.939.372)	57.651.636	47.450.676

Movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado	31.12.2020	Aquisições em com binações de Negócios ²	Adições líquidas de transferências ¹	Transferências	Baixas	Impairment ³	Depreciação	Varição Cambial	Mais Valia	31.12.2021
Imóveis	17.254.135	701.185	2.153.337	253	(73.551)	-	(1.108.849)	684.108	-	19.610.618
Terra nua e terrenos	4.902.724	153.197	158.114	-	(21.326)	528	(243)	153.102	606	5.346.702
Máquinas e equipamentos	16.949.760	1.740.985	3.729.810	2.530	(80.376)	210.219	(2.771.182)	766.608	24.502	20.572.856
Instalações	2.454.291	-	529.759	2.106	(2.861)	31.834	(185.456)	6.386	13.871	2.849.930
Equipamentos informática	520.852	17.041	332.019	233	(1.466)	(19)	(220.139)	33.848	(36)	682.332
Veículos e aeronaves	639.308	1.414	246.395	-	(45.735)	4	(142.981)	18.294	29	716.728
Obras em andamento	4.123.096	114.836	2.645.560	(5.113)	(1.019)	-	-	175.684	-	7.053.044
Outros	853.558	10.850	283.617	6	(9.912)	113	(153.959)	51.086	1.111	1.036.470
	47.697.726	2.739.508	10.078.612	15	(236.247)	242.679	(4.582.809)	1.889.116	40.083	57.868.681

* A controlada JBS revisou o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 246.888, referente a alocação final de ágio do negócio de Margarinas conforme CPC15 - Combinação de negócios, e a controlada Âmba revisou o saldo comparativo de seus ativos em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 162, sendo que o ajuste é de apresentação retrospectiva.

¹ As adições de cada linha são apresentadas líquidas de transferências de obras em andamento.

² Refere-se as aquisições realizadas durante o exercício de 2021, sendo Vivera e BMF (Bait Almakoolat Food Industries), no segundo trimestre, da PFM, no terceiro trimestre, e da Houn, Sunnyvalley e Randall Parker, no quarto trimestre, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

³ Refere-se ao ajuste de combinação de negócios da Marba e da Ambar Uruguiana.

15 Arrendamento Mercantil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto.

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de valores não relevantes. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, foi na Controladora de 20%, e no Consolidado de 7,86% a 8,23% em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento e a política econômica de cada país onde as subsidiárias são domiciliadas.

15.1 Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil

Consolidado	Prazo de vigência dos contratos	Custo	Amortização acumulada	Líquido
				31.12.21
Unidades de confinamento	1 a 12 anos	4.738.743	(1.332.347)	3.406.396
Imóveis	1 a 30 anos	2.975.106	(798.561)	2.176.545
Veículos e aeronaves	1 a 15 anos	1.968.631	(871.602)	1.097.030
Máquinas e equipamentos	1 a 7 anos	1.770.776	(1.019.781)	750.995
Plantas industriais	1 a 11 anos	155.958	(42.353)	113.605
Terra nua e terrenos	1 a 30 anos	498.226	(133.199)	365.027
Equipamentos de informática	1 a 4 anos	84.021	(15.982)	68.039
Móveis e utensílios	1 a 3 anos	152	(58)	94
		12.191.614	(4.213.883)	7.977.731

Consolidado	31.12.20	Aquisições em combinação de negócios ²	Adições ¹	Contratos encerrados	Amortização	Variação Cambial	31.12.21
Unidades de confinamento	2.545.166	-	1.812.926	(525.004)	(560.472)	133.780	3.406.396
Imóveis	1.598.238	189.037	741.549	(64.381)	(326.185)	38.287	2.176.545
Veículos e aeronaves	795.415	279.191	450.967	(43.451)	(425.512)	40.420	1.097.030
Máquinas e equipamentos	647.789	49.931	325.549	(9.517)	(304.389)	41.632	750.995
Plantas industriais	110.010	4.760	22.907	(4.359)	(19.734)	21	113.605
Terra nua e terrenos	82.315	283.381	1.766	(85)	(9.780)	7.430	365.027
Equipamentos de informática	26.580	-	54.422	(47)	(12.908)	(9)	68.038
Móveis e utensílios	119	-	23	-	(49)	1	94
	5.805.632	806.300	3.410.109	(646.844)	(1.659.029)	261.562	7.977.731

¹ As adições de cada linha são apresentadas líquidas de PIS e COFINS.

² Refere-se as aquisições realizadas durante o exercício de 2021, da Vivera e BMF (Bait Almakoolat Food Industries), no segundo trimestre, da PFM, no terceiro trimestre, e da Huon, no quarto trimestre, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

15.2 Provisão a pagar de arrendamento mercantil

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Provisão com arrendamento mercantil	661	1.056	10.151.535	7.532.193
Ajuste a valor presente	(111)	(270)	(1.787.090)	(1.405.452)
	550	786	8.364.445	6.126.741
Desmembramento				
Passivo circulante	250	240	1.634.956	1.299.367
Passivo não circulante	300	546	6.729.489	4.827.374
	550	786	8.364.445	6.126.741

Consolidado	31.12.20	Aquisição em combinações de negócios ¹	Adições	Apropriação de juros	Pagamentos	Contratos encerrados	Variação cambial	31.12.21
Provisão com arrendamento mercantil	7.532.193	755.663	3.452.722	731.275	(1.953.128)	(654.439)	287.249	10.151.535
Ajuste a valor presente	(1.405.452)	-	(1.874)	(380.661)	-	898	-	(1.787.090)
	6.126.741	755.663	3.450.848	350.614	(1.953.128)	(653.541)	287.249	8.364.445

¹ Refere-se as aquisições realizadas durante o exercício de 2021, da Vivera e BMF (Bait Almakoolat Food Industries), no segundo trimestre, da PFM, no terceiro trimestre, e da Huon, no quarto trimestre, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
2022	-	1.339.869
2023	1.391.271	1.058.204
2024	1.111.366	824.054
2025	884.166	656.555
2026	708.039	478.891
2027	569.629	1.576.068
Vencimentos após 2027	3.371.563	-
Ajuste a valor presente	(1.306.545)	(1.106.267)
	6.729.489	4.827.374

16 Intangível

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, sendo compostos basicamente por marcas e patentes, direitos de exploração, softwares e outros.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando o método de amortização linear ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis que são amortizados são testados a impairment quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil não é recuperável. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos custos de alienação de um ativo e seu valor em uso.

O valor contábil de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que se referem a marcas e patentes, tem seu valor recuperável testado anualmente ou quando ocorre eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem perda no valor recuperável desses ativos. Se existir perda de valor recuperável ela é reconhecida contra o valor contábil do ativo.

A Companhia considera que certas marcas e patentes possuem vida útil indefinida em virtude do histórico, e da expectativa de uso pela Companhia. As marcas adquiridas não têm limites legais, ou contratuais ligados a sua utilização, e não dependem da vida útil de qualquer ativo ou grupo de ativos que existam de forma independente por um tempo considerável antes das aquisições e, tais marcas não estão relacionadas com setores sujeitos a obsolescência tecnológica ou outras formas de deterioração de valor.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Vida útil dos ativos intangíveis		Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Marcas e patentes ¹	Indefinida	422.000	422.000	6.722.998	5.169.843
Marcas e patentes	2 a 20 anos	-	-	1.871.992	370.814
Softwares	2 a 15 anos	47	47	94.181	74.113
Direito de exploração do uso da água	Até 17 anos	-	-	64.706	61.191
Carteira de clientes	4 a 20 anos	-	-	3.604.072	2.601.311
Contrato de suprimentos de fornecedores	5 a 20 anos	-	-	183.974	186.732
Outros intangíveis	2 a 15 Anos	-	-	5.583	4.328
		422.047	422.047	12.547.506	8.468.331

¹ Em dezembro de 2016 a Companhia adquiriu do Banco Original a titularidade de todos os direitos, títulos e interesses sobre a marca ORIGINAL e nome de domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, incluindo os direitos decorrentes de sua criação, anterioridade, pedidos de registro e titularidade, perante o INPI no Brasil, e demais órgãos competentes no exterior.

O valor da transação pactuado entre as partes, foi apurado por especialistas externos e independentes no montante de R\$ 422.000.

O Banco Original continuará a explorar a marca e o domínio mediante pagamento de royalties.

Movimentação do Intangível:

Consolidado	31.12.20	Aquisições em combinações de negócios ¹	Adição	Baixas	Amortização	Variação Cambial	31.12.21
Amortizável:							
Marcas e patentes	380.613	1.514.192	-	-	(103.717)	80.904	1.871.992
Softwares	74.060	33	43.449	(610)	(23.600)	850	94.181
Carteira de clientes	2.601.311	1.248.091	-	-	(433.455)	188.125	3.604.072
Contrato de suprimentos de fornecedores	186.732	-	11.000	-	(19.700)	5.942	183.974
Outros intangíveis	4.328	4.044	-	-	(2.895)	106	5.583
Não-amortizável:							
Marcas e patentes	5.274.221	1.219.506	8.787	-	-	220.484	6.722.998
Direito de exploração do uso da água	61.191	-	-	-	-	3.515	64.706
	8.582.456	3.985.866	63.236	(610)	(583.367)	499.926	12.547.506

(*) A controlada JBS revisou o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 114.125, referente à alocação final de ágio do negócio de Margarinas conforme CPC15 - Combinação de negócios, o ajuste é de apresentação retrospectiva.

(1) Refere-se às aquisições realizadas durante o exercício de 2021, da Vivera e BMF (Bait Almakoolat Food Industries), no segundo trimestre, da PFM, no terceiro trimestre, e da Houn e Sunnyvalley, no quarto trimestre, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

Teste para verificação de perda do valor recuperável:

Anualmente, em 31 de dezembro, a Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade de seus ativos, utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve indícios de impairment.

17 Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. No consolidado refere-se à expectativa de rentabilidade da controlada adquirida, cujos ativos e passivos estão consolidados com os da controladora e redução de custos devido a sinergias esperadas devido a integração das combinações de negócios.

O ágio é um ativo que possui vida útil indefinida e deve ser testado anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Os ativos e passivos são agrupados em UGCs (Unidades geradoras de caixa) a fins de teste de impairment. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como perda na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Quando da alienação de determinado ativo com respectivo ágio alocado, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Vida útil	Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ágio	Indefinida	182.326	182.326	33.609.577	30.264.300

Movimentação do Ágio:

Saldo em 31 de dezembro de 2020

Aquisições em combinações de negócios ¹

Ajuste de combinação de negócio ²

Variação Cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Saldo em 31 de dezembro de 2019

Aquisições em combinações de negócios (*)

Baixa

Ajuste de combinação de negócio

Variação Cambial

Saldo em 31 de dezembro de 2020

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	182.326	29.903.287
Aquisições em combinações de negócios ¹	-	2.690.393
Ajuste de combinação de negócio ²	-	1.827
Variação Cambial	-	1.014.070
Saldo em 31 de dezembro de 2021	182.326	33.609.577
Saldo em 31 de dezembro de 2019	187.661	25.437.673
Aquisições em combinações de negócios (*)	-	315.414
Baixa	(5.335)	(5.335)
Ajuste de combinação de negócio	-	164.684
Variação Cambial	-	3.990.851
Saldo em 31 de dezembro de 2020	182.326	29.903.287

(*) A controlada JBS revisou o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 361.013, referente à alocação de ágio do negócio de Margarinas conforme CPC 15 - Combinação de negócios, o ajuste é de apresentação retrospectiva.

¹ Refere-se às aquisições realizadas pela controla JBS durante o exercício de 2021, da Vivera e BMF (Bait Almakoolat Food Industries), no segundo trimestre, da PFM, no terceiro trimestre, e da Sunnyvalley e Randall Parker, no quarto trimestre, conforme descrito na nota explicativa 4 - Combinação de negócios.

² Refere-se ao ajuste de combinação de negócios da Margarinas, durante o exercício corrente.

Teste do ágio para verificação de perda do valor recuperável:

Para o teste de impairment, as UGC foram segregadas nos seguintes grupos representando o nível mais baixo da Companhia e suas controladas em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna e possuem ágio significativos:

Grupo UGC	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Brasil Bovinos	9.069.926	9.069.926
Seara (*)	3.709.233	3.699.242
Moy Park	4.612.311	4.341.869
USA Suínos	3.875.847	3.609.285
Austrália Meat	1.664.540	1.630.007
Austrália Smallgoods	1.840.449	1.802.725
Vivera ¹	740.499	-
PFM ¹	1.892.839	-
Outros	6.203.933	5.750.233
Total	33.609.577	29.903.287

(*) A controlada JBS revisou o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 361.013, referente à alocação de ágio do negócio de Margarinas conforme CPC 15 - Combinação de negócios, o ajuste é de apresentação retrospectiva.

¹ As UGCs Vivera e PFM da controlada JBS não foram submetidas a testes de recuperabilidade durante o exercício de 2021, uma vez que suas aquisições ocorreram dentro do mesmo período e suas avaliações foram realizadas dentro do documento de aquisição.

Controlada JBS:

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada JBS testou a recuperabilidade do ágio de cada um de seus grupos de UGC (Unidades Geradoras de Caixa), utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa com data base em 30 de setembro de 2021. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas, despesas de capital, requerimentos de capital de giro e taxas de desconto.

Os fluxos de caixa são por um período de 5 anos para os grupos UGC de Brasil Bovinos e USA Suínos, a fim de melhor refletir o longo ciclo dos grupos em relação à vida útil dos animais utilizados na produção. O valor terminal foi atribuído com base em uma taxa de crescimento esperada em perpetuidade para os grupos UGC. O custo médio ponderado do capital (WACC), utilizado como taxa de desconto, foi estimado com base no desempenho histórico da indústria em relação a cada grupo de UGC e em fontes externas de informação sobre riscos de mercado.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve indícios de impairment do goodwill em nenhum dos grupos de UGC.

Brasil Bovinos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2021	2020
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,0 %	11,8 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,2 %	4,3 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	6,4 %	6,9 %

O crescimento estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne bovina no Brasil. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente gado. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Seara

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2021	2020
Taxa de desconto (antes dos impostos)	13,2 %	13,5 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,1 %	3,3 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	13,4 %	14,0 %

O crescimento estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína, carne de frango e industrializados. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de aves e suínos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Moy Park

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2021	2020
Taxa de desconto (antes dos impostos)	9,2 %	8,7 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0 %	1,5 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	9,5 %	2,1 %

O crescimento estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne de frango na Europa. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade dos ativos biológicos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

USA Suínos

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2021	2020
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,1 %	13,5 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	0,5 %	0,5 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	(1,8)%	(2,4)%

O crescimento estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne suína nos Estados Unidos da América. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de suínos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Australia Meat

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2021	2020
Taxa de desconto (antes dos impostos)	9,4 %	9,7 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0 %	2,0 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	1,9 %	1,9 %

O crescimento estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas de carne bovina na Austrália. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado e suínos, a capacidade total de abate e a utilização e aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

Australia Smallgoods

As principais premissas utilizadas na estimativa do valor em uso são apresentadas abaixo:

	2021	2020
Taxa de desconto (antes dos impostos)	9,4 %	9,6 %
Taxa de crescimento na perpetuidade	2,0 %	2,0 %
EBITDA estimado através da taxa de crescimento (média para 5 anos)	9,0 %	8,8 %

O crescimento estimado foi projetado considerando os históricos e as previsões como segue abaixo:

- A receita deste grupo de UGC inclui vendas das operações da Smallgoods na Austrália, que consiste nas operações da Primo. O crescimento das receitas foi projetado considerando a disponibilidade de gado e suínos, a capacidade total de abate e a utilização das instalações e, aumentos/reduções de preços com base em estimativas de inflação para o mercado interno e variação cambial das exportações.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados considerando desempenho histórico do grupo UGC e as tendências dos preços das matérias-primas primárias, especialmente suínos. Além disso, consideramos como melhorias de eficiência a integração de aquisições.
- As despesas de capital foram estimadas considerando a manutenção da infra-estrutura existente para operação contínua por um período indefinido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor estimado de uso excedeu o valor contábil deste grupo UGC.

18 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos são classificados no passivo circulante, caso contrário é classificado no passivo não circulante. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Mercado Interno				
Commodities	-	-	8.835.545	7.071.937
Materiais e serviços	15.114	23.543	19.780.803	13.782.184
Produtos acabados	-	-	186.839	154.313
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(73.919)	(15.243)
	15.114	23.543	28.729.269	20.993.191
Mercado Externo				
Commodities	-	-	630.511	451.346
Materiais e serviços	-	-	1.103.529	1.133.741
Produtos acabados	-	-	13.914	2.201
	-	-	1.747.954	1.587.288
Subtotal	15.114	23.543	30.477.222	22.580.479
Fornecedores risco sacado ¹	-	-	2.695.727	2.111.153
Total	15.114	23.543	33.172.949	24.691.632

¹ Refere-se às controladas JBS e Flora e suas subsidiárias, cujo os montantes são R\$ 2.687.974 e R\$ 7.753, respectivamente.

A controlada JBS e sua subsidiária indireta Seara Alimentos realizam operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no Mercado interno. Em 31 de dezembro de 2021, as taxas médias de desconto nas operações de risco sacado desembolsadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras ficaram em 0,72% a.m (0,50% a.m em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e, 0,64% a.m (0,42% a.m em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado, respectivamente. Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores. Adicionalmente, essa operação não trouxe qualquer outro ônus para a Companhia e suas controladas e todos os custos financeiros da operação ficam sob responsabilidade dos fornecedores.

A controlada Flora firmou parceria com alguns de seus bancos parceiros para oferecer aos seus principais fornecedores a operação de antecipação de recebíveis por meios dessas instituições. Nessa operação os fornecedores fazem a cessão do direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca da antecipação do recebimento do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o detentor do direito ao crédito da operação, e a controlada Flora efetua a liquidação do título na mesma data originalmente firmada com seu fornecedor. Essa modalidade de operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente firmados com o fornecedor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

19 Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos captados, líquidos dos custos de transação, caso aplicável. Após o registro inicial, podem ser acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. A Companhia segregou as operações em moeda estrangeira e moeda nacional, considerando a moeda funcional de cada controlada que captou o empréstimo e/ou financiamento em relação à moeda corrente do referido país de origem. Todos empréstimos que não possuem a mesma moeda de apresentação da Companhia, são reavaliados em cada período corrente. Os gastos com prêmios, descontos e custos de transação são amortizados para despesa financeira utilizando o método de juros efetivos.

CONTROLADORA

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não circulante	
					31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Em moeda nacional								
Capital de Giro CCB - Reais	8,52%	BRL	CDI	2023	79.862	144.698	808.544	792.121
Capital de Giro NP - Reais	8,73%	BRL	CDI	2025	670.981	361.877	1.636.966	2.128.870
					<u>750.843</u>	<u>506.575</u>	<u>2.445.511</u>	<u>2.920.991</u>

CONSOLIDADO

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Indexador	Vcto. LP	Circulante		Não circulante	
					31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Em moeda estrangeira								
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	3,07%	USD	-	2023 - 25	5.736.093	703.870	1.124.259	-
Pré-pagamento	2,70%	USD	Libor	2023 - 24	818.234	767.607	1.909.535	2.236.916
Nota de crédito - exportação	2,68%	USD	-	(*)	427.540	-	-	-
FINIMP	3,49%	USD e EUR	Libor e Euribor	2023 - 25	401.071	150.456	44.890	167.587
Linha de crédito - White Stripe	3,33%	USD	-	-	18.332	3.955	-	-
Capital de giro - Dólares Americanos	3,59%	USD	Libor	2030	1.853	1.971	17.513	17.721
Linha de crédito - Scott	4,97%	USD	-	2023	-	1.803	7.651	6.454
					<u>7.403.123</u>	<u>1.629.662</u>	<u>3.103.848</u>	<u>2.428.678</u>
Em moeda nacional								
FINAME	5,26%	BRL	TJLP	2023 - 25	6.025	9.075	7.125	13.059
FINEP	9,00%	BRL	-	2025	4.634	18.138	11.784	16.345
Term loan JBS Lux 2026	1,33%	USD	Libor	2026	123.502	115.414	10.153.296	9.535.082
Notas 5,75% JBS Lux 2025	-	USD	-	-	-	11.329	-	5.442.125
Notas 5,75% PPC 2025	-	USD	-	-	-	85.491	-	5.179.666
Notas 7,00% JBS S.A. Lux 2026	-	USD	-	-	-	162.174	-	5.162.836
Notas 5,88% PPC 2027	5,88%	USD	-	2027	67.345	63.436	4.689.557	4.358.389
Notas 5,75% JBS Lux 2028	5,75%	USD	-	2028	108.295	99.884	4.154.385	3.868.766
Notas 6,75% JBS Lux 2028	6,75%	USD	-	2028	124.306	116.635	4.984.921	4.644.120
Notas 6,5% JBS Lux 2029	6,50%	USD	-	2029	101.565	95.895	7.815.714	7.290.513
Notas 5,50% JBS Lux 2030	5,50%	USD	-	2030	172.650	161.768	6.915.881	6.444.043
Notas 3,75% JBS Lux 2031	3,75%	USD	-	2031	7.556	-	2.766.014	-
Notas 3,00% JBS Lux 2032	3,00%	USD	-	2032	12.093	-	5.455.469	-
Notas 2,50% JBS Finance 2027	2,50%	USD	-	2027	15.114	-	5.471.002	-
Notas 3,63% JBS Finance 2032	3,63%	USD	-	2032	112.385	-	5.485.833	-
Notas 4,25% PPC 2031	4,25%	USD	-	2031	47.434	-	5.483.528	-
Notas 3,50% PPC 2032	3,50%	USD	-	2032	56.157	-	4.973.945	-
Linha de crédito PPC - Term Loan	1,33%	USD	Libor	2026	144.753	132.448	2.666.419	2.188.746
Capital de giro CCB e NP - Reais	8,83%	BRL	CDI e TJLP	2022 - 25	860.469	599.742	2.650.837	3.177.223
Capital de giro - Euros	0,58%	EUR	Euribor	2023	43.668	67.058	3.569	5.407
Nota de crédito - exportação	10,17%	BRL	CDI	2023-24	2.076.285	784.154	823.772	1.812.616
Custeio pecuário	10,71%	BRL	CDI	-	60.959	40.178	-	59.739
CCB	12,29%	BRL	CDI	2023	97.465	79.856	-	-
Debêntures	11,77%	BRL	CDI	-	295.487	-	-	-
CDC - Crédito Direto ao Consumidor	6,70%	BRL	-	2023 - 24	109.329	76.063	38.196	60.983

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Custeio Pecuario - Pré	5,50%	BRL	-	(*)	582.549	788.286	-	-
Linha de crédito Scott	4,95%	AUD, EUR e USD	-	2023	42.568	44.240	335	2.515
Acordo Confinamento JBS Austrália	7,75%	AUD	-	2023	-	-	201.774	197.615
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	6,45%	BRL	CDI e IPCA	2023 - 36	674.690	37.910	5.029.891	2.554.875
Linha de crédito - Beardstown Pace	3,43%	USD	-	2036 - 50	2.349	1.169	126.856	85.517
Notas promissórias comerciais	12,03%	BRL	CDI	-	1.116.139	166.366	47.543	-
Outros	0,92%	Diversos	Diversos	2023 - 31	33.462	25.365	103.161	57.061
					<u>7.099.233</u>	<u>3.782.074</u>	<u>80.060.807</u>	<u>62.157.241</u>
					<u>14.502.356</u>	<u>5.411.736</u>	<u>83.164.655</u>	<u>64.585.919</u>

(*) Saldos de empréstimos classificados no circulante que têm seus vencimentos até os próximos doze meses subsequentes ao encerramento dessas demonstrações contábeis.

Taxa Média Anual: Refere-se ao custo médio ponderado nominal de juros na data base. Os empréstimos e financiamentos são corrigidos por taxa fixa ou indexados às taxas: CDI, TJLP, LIBOR, EURIBOR, entre outros.

Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários: De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39/CPC 48 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e Mensuração, os custos relativos às transações na emissão de títulos e valores mobiliários deverão ser contabilizados reduzindo os passivos a que se relacionam.

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
2022	-	1.003.940	-	3.637.960
2023	949.668	951.104	3.907.488	4.497.758
2024	1.086.930	543.964	3.451.914	2.266.841
2025	408.913	421.983	695.341	11.162.940
2026	-	-	12.071.094	14.279.929
2027	-	-	10.558.089	28.740.491
Vencimentos após 2027	-	-	52.480.729	-
	<u>2.445.511</u>	<u>2.920.991</u>	<u>83.164.655</u>	<u>64.585.919</u>

Evento subsequente:

Em 19 de janeiro de 2022, as subsidiárias indiretas JBS USA Lux. S.A, JBS USA Finance, Inc. e JBS USA Food Company emitiram e precificaram notas sêniores no montante de US\$ 600 milhões (equivalente a R\$ 3,35 bilhões em 31 de dezembro de 2021), a uma taxa de juros de 3,263% a.a e vencimento em 2029 ("Notas 3,263% JBS Lux 2029"), e US\$ 900 milhões (equivalente a R\$ 5,02 bilhões em 31 de dezembro de 2021), a uma taxa de juros de 4,375% a.a e vencimento em 2052 ("Notas 4,375% JBS Lux 2052"). Os recursos decorrentes da oferta das notas serão utilizados para pagamento das Notas 5,75% JBS Lux 2028.

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia negociou junto ao banco BTG Pactual a rolagem da dívida referente 4 contratos com o vencimento em 2022 para 2024.

Restrições contratuais e covenants - Controladora

A Companhia possui covenants em seus contratos de empréstimos e notas promissórias dentro dos padrões de mercado.

20 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Salários e encargos sociais	7.854	2.557	2.542.179	2.416.330
Provisões para férias, 13º salário e encargos	3.321	3.077	4.798.609	4.000.889
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	-	-	1.112.286	299.990
PIS e COFINS a recolher	43.427	32.250	350.571	222.184
Parcelamentos fiscais	-	-	2.898.450	4.022.186
Outros	5.278	2.801	779.139	705.783
	59.880	40.685	12.481.234	11.667.362
Desmembramento				
Passivo circulante	59.880	40.685	8.968.673	6.698.733
Passivo não circulante	-	-	3.512.561	4.968.629
	59.880	40.685	12.481.234	11.667.362

Decreto 8.426/15 - PIS/COFINS Receitas Financeiras: Em julho de 2015, a Companhia e suas controladas impetraram Mandado de Segurança para suspender a exigibilidade dos débitos de PIS e COFINS decorrentes de incidência destas contribuições sobre as receitas financeiras, conforme determinado no Decreto 8.426/15, o qual restabeleceu para 4,65% a alíquota combinada de referidas contribuições incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, o qual teve a segurança concedida para reconhecer o direito da Companhia. Em março de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário n. 1.043.313/RS (Tema 939 da Repercussão Geral e ADIN n. 5277/DF) e reconheceu a constitucionalidade das alíquotas estabelecidas no Decreto 8.426/15, no entanto, a sentença obtida pela Companhia ainda não foi reformada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui registrada na rubrica de "Obrigações fiscais", referente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras, a provisão no montante de R\$ 191.098 e R\$ 181.978 no Consolidado, respectivamente, o valor mais relevante desse montante refere-se ao saldo da controlada JBS de R\$ 146.127 e R\$ 149.054 respectivamente.

Parcelamentos de fiscais: Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, R\$ 2.887.191 e R\$ 4.010.125, respectivamente, referem-se à controlada JBS, que são compostos principalmente por parcelamentos federais e previdenciários referentes aos programas PERT ("Programa Especial de Regularização Tributária") com adesão em setembro 2017 e PRR ("Programa de Regularização Rural") com adesão em setembro de 2018, com vencimentos até 2038.

21 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, quando incorridos, efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório de 25%, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

			Consolidado	
	Natureza	Ano	31.12.21	31.12.20
J&F Investimentos	Dividendos	2021	1.058.986	-
JBS	Dividendos	2021	61	-
JBS	Dividendos	2020	77	628.386
JBS	Dividendos	Residual 2018 e 2019	17	-
Flora H&L	JSCP	2020	-	18
J&F Investimentos	Dividendos	Saldo de períodos anteriores à 2017	-	35.268
TOTAL PASSIVO			1.059.141	663.672

22 Compromissos com terceiros para investimentos

São reconhecidos nessa linha os passivos relacionados a aquisição de unidades industriais, imóveis, fazendas e/ou passivos decorrentes de aquisição de empresas. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos os saldos são classificados no passivo circulante; caso contrário, é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos.



Empresa	Descrição das aquisições	Curto prazo		Longo prazo	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
JBS	- Ativos imobilizados e outros complexos industriais	10.189	21.193	-	4.950
	- Empresa Agrovêneto	960	904	1.573	2.875
	- Ativos da Safrio	26.038	23.525	52.207	70.576
	- Empresa Novagro	-	-	184	184
	- Ativos da Empresa Céu Azul	-	-	83	83
Total consolidado		37.187	45.622	54.047	78.668

23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas localizadas no Brasil são tributadas com base no lucro apurado conforme tributação vigente no Brasil, e as subsidiárias localizadas no exterior com base na legislação aplicável de cada país. O imposto de renda é reconhecido com base nas alíquotas de imposto de renda vigente na data do balanço.

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são compostos por impostos a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos, caso houver.

A taxa de imposto de renda corrente é calculada com base em leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período corrente nos países onde as controladas e associadas da Companhia operam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente a legislação, que está sujeita a interpretação e estabelece disposições, se necessário, com base em montantes que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa CSLL e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinação de negócios.

Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia, e de suas controladas, quando aplicável.

Os impostos diferidos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e quando estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

De acordo com a Lei nº 12.973/14, o resultado das subsidiárias no exterior deverá ser tributado à taxa nominal de 34%, e o imposto pago no exterior por essas subsidiárias poderá ser creditado no Brasil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Resultado antes da tributação	10.768.640	(553.179)	28.259.408	5.764.401
Alíquota nominal	34 %	34 %	34 %	34 %
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.661.338)	188.081	(9.608.199)	(1.959.896)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.368.930	268.042	(87.581)	(426.502)
Prejuízos Fiscais de Anos Anteriores	-	-	884	7.391
Subvenções para Investimento	-	-	900.649	590.105
Diferença de Alíquotas sobre Resultados de Controladas no Exterior	-	-	2.739.338	1.565.914
Efeito Líquido - Lucros Auferidos no Exterior	-	-	(1.314.679)	(1.119.237)
Ajustes de Preço de Transferência	-	-	(32.281)	(16.799)
Imposto Diferido não Constituído	(311.871)	(217.136)	(1.477.570)	(2.450.932)
Juros não Tributados - Subsidiárias no exterior	-	-	598.432	543.476
Tributação de Empresas em Dupla Jurisdição - Subsidiárias no exterior	-	-	-	41.156
Realização de imposto diferido sobre mais valia - Incorporação	-	-	-	(2.705)
Arrendamento Mercantil - IFRS 16	(13)	(2)	(338)	(283)
Acordos SEC e DOJ	-	-	(97)	(199.944)
Reconhecimento de juros capitalizados e custo de transação de empréstimos	-	(667)	-	(667)
Créditos de descarbonização	-	-	-	4.454
Programa Fazer o Bem Faz Bem	-	-	(13.702)	(91.292)
Juros SELIC sobre créditos fiscais	-	-	288.373	-
Outras Diferenças Permanentes	581.334	(236.501)	1.308.350	(83.743)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(22.958)	1.817	(6.698.421)	(3.599.504)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	1.187	(7.574.777)	(2.394.552)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.958)	630	876.355	(1.204.952)
	(22.958)	1.817	(6.698.422)	(3.599.504)
Alíquota efetiva	-0,21%	0,33%	-23,70%	-62,44%

b. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora			
	31.12.21	Reconhecido no Resultado	Demais Ajustes	31.12.20
Perda estimada de crédito em liquidação duvidosa	-	(20.070)	(254)	20.324
Provisão para contingência	-	(4.444)	-	4.444
Demais diferenças temporárias ativas	-	(1.182)	-	1.182
Realização reserva de reavaliação	(70.272)	1.124	-	(71.396)
Imposto sobre resultado diferido FIDIC	(156.658)	1.615	-	(158.273)
Total líquido	(226.930)	(22.958)	(254)	(203.719)

	Consolidado				
	31.12.21	Reconhecido no Resultado	Variação Cambial	Demais Ajustes	31.12.20
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	2.405.093	550.078	25.730	7.083	1.822.203
Perda Estimada de Crédito em Liquidação Duvidosa	127.082	(4.539)	(27)	(254)	131.903
Provisão para Contingência	477.119	36.157	-	-	440.962
Ajuste a Valor Presente - Clientes	45.564	16.049	-	-	29.515
Valorização de Estoques - Subsidiárias no exterior	131.593	667.737	(31.581)	-	(504.563)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Créditos Tributários - Subsidiárias no exterior	74.994	18.385	5.497	95	51.017
Regras para Criação de Animais - Subsidiárias no exterior	43.612	(19.858)	3.650	-	59.820
Provisão para Seguros de Acidente de Trabalho - Subsidiárias no exterior	218.775	(7.811)	17.358	-	209.228
Plano de Pensão - Subsidiárias no exterior	120.970	(15.673)	13.639	(52.054)	175.058
Provisão de Contas a Pagar - Subsidiárias no exterior	1.246.982	228.129	75.805	-	943.048
Pagamento baseado em ações	-	(1.314)	-	-	1.314
Parcela de juros não dedutíveis - Reforma tributária EUA	32.889	30.637	(250)	-	2.502
Direito de uso de arrendamento mercantil	44.296	(8.782)	1.252	-	51.826
Demais Diferenças Temporárias Ativas	300.058	(86.835)	11.956	(135.524)	510.462
Amortização de Ágio	(3.940.578)	(290.557)	(24.818)	-	(3.625.203)
Ajuste a Valor Presente - Fornecedores	(33.568)	(35.148)	-	-	1.580
Combinações de Negócios	(2.565.296)	135.542	(163.789)	(854.980)	(1.682.068)
Provisão para Devoluções de Clientes - Subsidiárias no exterior	(186.478)	(1.295)	(15.359)	-	(169.824)
Realização Reserva de Reavaliação / Deemed Cost	(667.885)	16.457	-	817	(685.159)
Alienação Operações Mercosul	(156.658)	1.615	-	-	(158.273)
Depreciação/amortização acelerada	(2.748.785)	(427.422)	(152.283)	-	(2.169.080)
Demais Diferenças Temporárias Passivas	(77.626)	74.804	57.648	48.463	(258.544)
Total líquido	(5.107.847)	876.355	(175.572)	(986.354)	(4.822.276)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Controladora		Consolidado	
31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
-	25.950	1.872.676	1.701.992
(226.930)	(229.669)	(6.980.523)	(6.524.268)
(226.930)	(203.719)	(5.107.847)	(4.822.276)

24 Provisão para riscos processuais

A Companhia e suas controladas no curso normal dos seus negócios, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Companhia e suas controladas com base na opinião dos consultores legais. As principais informações desses processos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Fiscais e previdenciários	-	-	581.916	476.690
Trabalhistas	-	7.150	545.476	680.831
Cíveis	8.474	5.922	1.721.760	409.609
Total	8.474	13.072	2.849.153	1.567.129

Movimentação das provisões

	Controladora			
	31.12.20	Adições	Baixas	31.12.21
Trabalhistas	7.150	-	(7.150)	-
Cíveis	5.922	2.552	-	8.474
	13.072	2.552	(7.150)	8.474

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Consolidado						
	31.12.20	Aquisição em combinações de negócios ¹	Adições, baixas e mudança de prognóstico	Pagamentos	Variação Cambial	Atualização Monetária	31.12.21
Fiscais e previdenciários	476.690	2.661	92.903	(12.629)	(183)	22.475	581.917
Trabalhistas	680.831	-	335.850	(495.818)	(2.191)	26.805	545.477
Cíveis	409.609	139.785	4.083.338	(3.014.116)	70.255	32.888	1.721.759
	1.567.129	142.446	4.512.091	(3.522.563)	67.881	82.168	2.849.153

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em outras ações de naturezas tributária, trabalhista e cível no montante de R\$ 12.099.928 em 31 de dezembro de 2021, envolvendo riscos de perda, avaliadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, estando de acordo com os requerimentos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

¹ Referente a aquisição da Ambar Uruguiana pela controlada Ambar.

Abaixo a Companhia detalha as ações que a Administração considera como relevantes em suas controladas.

Consolidado:

Controlada Âmba:

Processos fiscal: A controlada Âmba obteve Liminar para suspensão do pagamento dos impostos de PIS e COFINS sobre a receita financeira em 07/2015, porém mantém a provisão de R\$ 1.937 destes impostos na contabilidade, até trânsito em julgado do processo e mantém a provisão de R\$ 99 referente ao pagamento de multa devido entrega em atraso da EFD contribuições no ano de 2013 e 2014. As provisões são corrigidas pela taxa SELIC, sendo R\$ 1.620 controladora, R\$ 2.713 Âmba Uruguiana e R\$ 685 GOM.

Processo Cível: Liquidação de Transações de Compra e Venda de Energia período de dezembro de 2000 a março de 2002 – CCEE. A controlada Âmba ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho n.º 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Âmba em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Âmba, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001. No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Âmba, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobrevindo sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pelas ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Âmba, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da Âmba, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da controlada Âmba, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal.

Em 25 de abril de 2016 foi publicada a decisão de 2ª instância que confirmou a decisão de mérito desfavorável de 1ª instância.

No dia 03 de maio de 2016 a controlada Âmba apresentou embargos de declaração requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma.

Em 21 de junho de 2017, foi publicada a decisão do TRF 1 extinguindo a ação cautelar. A controlada Âmba opôs embargos de declaração sustentando a manutenção da liminar, vez que ainda não houve julgamento definitivo da ação principal. Em 25 de julho de 2017 foi concedida tutela cautelar determinando efeito suspensivo aos embargos de declaração da controlada Âmba.

Em 18 de agosto de 2017, a ANEEL apresentou recurso (agravo regimental), contra a decisão favorável à controlada Âmba que suspendeu a Contabilização Especial / Liquidação prevista pela CCEE. Ainda não houve manifestação do Tribunal sobre o pedido da ANEEL. Além do julgamento do Agravo Regimental, aguarda-se também o julgamento do mérito do recurso da controlada Âmba (embargos de declaração) na Ação Principal, bem como na Ação Cautelar.

Em novembro de 2018, o processo foi encaminhado para novo relator, sendo que em dezembro de 2018, em virtude de audiência realizada com o relator do processo, oportunidade na qual, no mês seguinte foi apresentada resistência do relator em atribuir efeitos modificativos aos embargos de declaração apresentados pela controlada Âmba, o escritório alterou o prognóstico do caso de perda possível para provável, foram realizadas atualizações pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM totalizam R\$ 143.566 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 123.706 em 31 de dezembro de 2020).

Controlada Flora:

Processos fiscais e previdenciários: A controlada Flora vem sendo demandada administrativamente e judicialmente pela suposta existência de débitos fiscais, com origem na ausência de recolhimento ou no pagamento parcial de tributos e taxas. A Administração, com fundamento na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a possibilidade de perda é possível, e que as medidas legais já adotadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da controlada Flora, não existindo

indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação as contabilizadas. O valor aproximado destes supostos débitos somam R\$ 251.174.

Processos Cíveis: A controlada Flora é ré em ações civis de cobrança, excesso de carga, negativação indevida e outras. O valor aproximado destes supostos débitos somam R\$ 40.295. Com fundamento na opinião de seus assessores legais e na legislação sobre a matéria, a controlada Flora deixou de constituir provisão no que diz respeito a essas ações judiciais devido a classificação de risco ser possível.

Outros processos possíveis: Adicionalmente, a controlada Flora e suas subsidiárias são partes em outras ações de natureza trabalhista no montante de R\$ 17.401.

Controlada JBS:

a. Processos fiscais e previdenciários

a1. ICMS: A controlada JBS sofreu 210 autuações (232 em 31 de dezembro de 2020) pelo Fisco do estado de São Paulo em virtude de aproveitamento de créditos de ICMS em compras de gado e transferência de carne de estados que estabeleceram regime simplificado de apuração de ICMS que, segundo o estado de São Paulo, deveriam ser aprovados pelo Confaz, e que são identificados como "Guerra Fiscal". Nessas situações, o estado de São Paulo não admite os créditos de ICMS que foram outorgados no estado de origem da mercadoria. O montante total envolvido nessas autuações é de aproximadamente R\$ 2,41 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2,50 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Tais débitos vêm sendo contestados administrativa e judicialmente. Além disso, a controlada JBS propôs uma ação que tem como objetivo obrigar os estados que concedem os incentivos a ressarcir-la, caso as autuações sejam mantidas. O tema aguarda julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (TEMA 490 - repercussão geral). Há elemento extraprocessual relevante: sobreveio a Lei Complementar n. 160/2017 que previu possibilidade de convalidação dos créditos glosados, com a consequente remissão dos débitos. Atualmente, encontra-se pendente de trâmites administrativos pelos estados cedentes dos benefícios, cujo atendimento terá por consequência o cancelamento dos débitos. A Administração acredita, com base em parecer de seus consultores legais, que irá prevalecer seus argumentos, razão pela qual não constituiu provisão, considerando a perda como remota.

a2. Lucros auferidos no exterior: Durante o exercício de 2020 e 2021 a controlada JBS sofreu autuações originadas por cobranças relativas a lucros auferidos no exterior, que supostamente deveriam ser incluídos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, glosas de guias pagas por investidas no exterior, sob argumento de que não poderiam ter sido utilizadas para fins de compensação, bem como por glosa de ágio. As referidas cobranças envolvem, ainda, a imposição de multa de ofício, multa isolada e juros. A controlada JBS esclarece que a maior parte relativa a cobrança de lucros no exterior refere-se a requisitos formais exigidos pela fiscalização para fins de consolidação dos resultados no exterior de suas investidas diretas ou indiretas, sendo certo que a controlada JBS discorda dos critérios aplicados pela fiscalização. A controlada JBS apresentou impugnações administrativas e aguardam julgamento. A Administração entende que, considerando-se valores históricos relativos às datas das autuações, para R\$ 867.907, há chances remotas de perda e para o valor de R\$ 5,76 bilhões há chances possíveis de perda.

a3. Outros processos fiscais e previdenciários: Em 31 de dezembro de 2021, a controlada JBS era parte em outros 1.162 processos (1.138 processos em 31 de dezembro de 2020) fiscais e previdenciários, em que as contingências individualmente não apresentam relevância em seu contexto. Destacamos, que as consideradas com risco de perda provável estão devidamente provisionadas, totalizando R\$ 174.439 (R\$ 157.183 em 31 de dezembro de 2020).

a4. Efeitos de Colaboração Premiada: Os efeitos contábeis dos fatos descritos no Acordo de Colaboração Premiada foram reconhecidos em 31 de dezembro de 2017, e revisados trimestralmente. A controlada JBS recebeu os autos de infração em consonância com as informações disponibilizadas nos anexos dos acordos de colaboração premiada, que tratam principalmente de pagamentos sem efetiva prestação de serviços e entrega de insumos e seus efeitos de IRRF e dedutibilidade dessas despesas, incluindo juros e multa e, realizou o pagamento dos referidos autos com créditos tributários. Com base nas estimativas de seus assessores legais, após o pagamento destes autos de infração, não há mais nenhum valor cuja expectativa de perda seja provável, tendo sido liquidado integralmente o saldo da provisão sobre a colaboração premiada.

b. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada JBS era parte em 5.631 ações (6.389 ações em 31 de dezembro de 2020) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1,4 bilhão (R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2020). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a controlada JBS registrou provisões no montante de R\$ 252.496 (R\$ 319.018 em 31 de dezembro de 2020), relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela controlada JBS. As ações são, em sua maioria, movidas por ex-empregados das plantas da JBS e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério Público do Trabalho com temas relacionados ao setor.

c. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada JBS era parte em 1.996 ações (1.679 ações em 31 de dezembro de 2020) de natureza cível. Na avaliação da Administração e dos seus assessores jurídicos, a expectativa de perda é de R\$ 55.658 (R\$ 46.279 em 31 de dezembro de 2020) sendo que o montante está provisionado.

d. Outros processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a controlada JBS possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, são possíveis de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$ 9,57 bilhões (R\$ 7,95 bilhões em 31 de dezembro de 2020) que correspondem principalmente a ações cíveis e tributárias, e no Consolidado, no montante de R\$ 9,57 bilhões (R\$ 12,22 bilhões em 31 de dezembro de 2020). A Administração da controlada JBS entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

e. Procedimentos Investigatórios e Judiciais Relevantes

A controlada JBS, e/ou suas respectivas subsidiárias, figuram na condição de investigadas em diversos procedimentos iniciados ou com desdobramentos relevantes em virtude dos fatos descritos no Acordo de Colaboração Premiada, conforme apresentado a seguir:

e1. Procedimentos Criminais

Nos procedimentos de investigação criminal e ações penais, as pessoas jurídicas não sofrem sanções penais decorrentes dos fatos, em tese, praticados pelos seus executivos e/ou representantes, sendo que estes sim, estão sujeitos às penas da Lei (inclusive privação de liberdade), em caso de comprovação de participação efetiva em fatos ilícitos envolvendo a controlada JBS e/ou suas respectivas subsidiárias.

As operações, inquéritos policiais e ações penais Bullish, Carne Fraca, Porteira Aberta I e II e Tendão de Aquiles são procedimentos protegidos por sigilo judicial e a controlada JBS não é parte desses processos e ações.

- **Operação Lama Asfáltica (inquérito policial):** Investigação instaurada a partir de relatos de pessoas físicas, concedidos no âmbito de acordos de colaboração premiada, para apurar suspeitas de pagamentos indevidos para obter incentivos fiscais do governo do Estado do Mato Grosso do Sul. As investigações sobre os fatos relacionados à controlada JBS deram origem a duas ações penais perante a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral. Dada a existência do Acordo de Colaboração Premiada, nenhum dos funcionários foi denunciado, tendo passado a atuar como testemunhas de acusação.

e2. Ações Populares

As ações populares de nº **1001502-51.2017.4.01.3700** (9ª Vara Cível Federal de São Paulo), nº **5007526-48.2017.4.03.6100** (5ª Vara Cível Federal de São Paulo); nº **5007521-26.2017.4.03.6100** (9ª Vara Cível Federal de São Paulo); e nº **1019930-11.2017.4.01.3400** (14ª Vara Cível Federal do Distrito Federal) tiveram sentenças favoráveis à controlada JBS, estão em grau de recursos e não apresentam expressão econômica, dada a probabilidade remota de perda. A ação popular nº **0820215 - 58.2017.8.12.0001** (1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais da Comarca de Campo Grande) aguarda julgamento em primeiro grau.

e3. Ações societárias

- **CVM - Processo Administrativo Sancionador 19957.005388/2017-11 (5388/2017):** Instaurado para apurar eventual responsabilidade da controlada JBS, e de sua subsidiária Seara Alimentos, entre outros requeridos, por supostamente terem sido beneficiárias de compras de contratos de dólar futuro e derivativos cambiais, com uso de práticas não equitativas, em infração à Instrução CVM nº 8/1979, II, d. As partes apresentaram defesa e pedido de produção de provas, os quais permanecem com o Relator do processo para apreciação. Em dezembro de 2020, o Relator deferiu prazo para que as partes apresentem rol de testemunhas e para que tragam aos autos prova documental.

- **Procedimentos arbitrais nº 93/17, 110/18 e 94/17:** Referidos procedimentos foram instaurados por acionistas da controlada JBS, com base em demandas de cunho societário (ação de responsabilização de administrador por perdas e danos/direito de voto de controlador em assembleia geral extraordinária). A controlada JBS, no entanto, figura nestes procedimentos apenas como parte interessada. Sendo que, portanto, não há expressão econômica que seja contabilizada às ações. Em setembro de 2020, o procedimento 94/17 encerrou-se, ato contínuo, o BNDESPAR notificou o Conselho de Administração da controlada JBS para convocar assembleia a fim de deliberar sobre a propositura de ação de responsabilidade contra ex-executivos, de determinados outros colaboradores da Justiça e, ainda, o controlador direto e/ou indireto da controlada JBS, na forma dos artigos 159 e 246 da Lei das S.A. Em 23 de setembro de 2020, a controlada JBS divulgou fato relevante sobre o recebimento da solicitação do BNDESPAR e a convocação de Reunião do Conselho de Administração para tratar do tema. Em 29 de setembro de 2020, seguindo aprovação pelo Conselho de Administração da controlada JBS foi publicado edital de convocação de assembleia geral. A Assembleia foi realizada em 30 de outubro de 2020 e deliberou sobre ingresso de ações de responsabilidade em face de ex-administradores e do controlador direto ou indireto da controlada JBS.

Em 27 de janeiro de 2021, foi requerida a instauração de um novo procedimento arbitral, nos exatos termos das deliberações da Assembleia de outubro de 2020 ("Arbitragem nº 186/21"). A Arbitragem nº 186/21 encontra-se em fase de tréplica e dada a complexidade das questões em discussão, sujeitas a fatores como ineditismos das teses jurídicas, cronogramas ainda a serem definidos pelo Tribunal Arbitral e a produção de provas, a controlada JBS não é capaz de produzir uma estimativa conclusiva acerca da potencial indenização a ser auferida ao final arbitragem.

Por oportuno, vale mencionar que após o início da Arbitragem nº 186/21, a controlada JBS informou o fato nas outras arbitragens mencionadas e pediu, ainda, a extinção de tais procedimentos em razão de entender que houve perda superveniente da legitimação extraordinária dos acionistas minoritários, o que, a princípio, não foi acolhido pelo Tribunal Arbitral dos referidos procedimentos. Ademais, vale informar que em 7 de outubro de 2021, dois acionistas formularam requerimento de anulação, habilitação e suspensão da arbitragem iniciada pela controlada JBS, conforme aprovada em assembleia. A controlada JBS se opôs com vigor ao pedido de extinção da Arbitragem nº 186/21, por estar em completo desacordo com as regras aplicáveis ao procedimento e, em especial, à deliberação soberana da assembleia de outubro de 2020. Desde então, a validade e a possibilidade de continuidade desses procedimentos são objeto de discussão entre as partes.

A JBS informa ainda haver processos administrativos sancionadores em trâmite na CVM, que tratam de fatos relacionados à controlada JBS, mas que, no entanto, buscam a responsabilização de ex membros e membro da sua administração por supostas infrações à regulação de mercado de capitais quanto a: conflito de interesses, dever de diligência, uso e divulgação de informações ao mercado. A controlada JBS, todavia, não figura como acusada em nenhum dos referidos processos, sendo apenas parte interessada. Nesse sentido, nada relevante a reportar para o exercício a esse respeito.

Na subsidiária Seara Alimentos:

a. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 12.740 ações (13.414 ações em 31 de dezembro de 2020) de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 1,660 bilhão (R\$ 1,880 bilhão em 31 de dezembro de 2020). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, a Seara Alimentos e suas controladas registraram provisões no montante de R\$ 286.090 (R\$ 346.269 em 31 de dezembro de 2020) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários devidos pelo empregado e pela Seara Alimentos. As ações, em sua maioria, foram movidas por ex-empregados das plantas da Seara Alimentos e os principais pedidos dizem respeito a jornada de trabalho, adicional de insalubridade e suposta ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacional. Dentre as ações de natureza trabalhista, estão em curso processos movidos pelo Ministério do Trabalho com temas relacionados ao setor.

b. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 3.347 ações (2.984 ações em 31 de dezembro de 2020) de natureza cíveis e administrativas, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 867.578 (R\$ 843.098 em 31 de dezembro de 2020). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registraram-se provisões no montante de R\$ 174.767 (R\$ 243.978 em 31 de dezembro de 2020) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por dano moral coletivo, danos morais por protesto indevido, reparação de danos por rescisão de contratos de parceria avícola ou integração de suínos, anulação de marca de indústria ou comércio e reclamação de consumidor - qualidade de produto.

c. Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Seara Alimentos e suas controladas eram parte em 895 ações (819 em 31 de dezembro de 2020) de natureza fiscal e previdenciária, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 5,35 bilhões (R\$ 5,43 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Com base na avaliação de risco feita pelos consultores legais, registrou-se provisões no montante de R\$ 381.496 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 293.916 em 31 de dezembro de 2020) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nos processos em que é parte.

d. Outros processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a subsidiária Seara Alimentos e suas subsidiárias possuíam ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, são possíveis de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, para as quais não há provisão constituída no montante de R\$ 3,9 bilhões (R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

Na controlada JBS USA:

a. Processos trabalhistas

a1. Acordo Trabalhista – Frango: Refere-se a ações judiciais coletivas contra a subsidiária indireta PPC e outros produtores de frango, alegando fixação salarial abaixo da classe trabalhista dos colaboradores da fábrica. Durante o segundo trimestre de 2021, a subsidiária indireta PPC reconheceu uma provisão no montante de US\$ 29 milhões (equivalente a R\$ 161.835 em 31 de dezembro de 2021), o qual foi pago durante o terceiro trimestre de 2021.

b. Processos cíveis

b1. Acordo DOJ: Em 14 de outubro de 2020, a subsidiária indireta da Companhia PPC, celebrou um acordo com a Divisão Antitruste do DOJ no que se refere à investigação sobre vendas de frangos de corte nos Estados Unidos, relacionado a restrições à competição de mercado que afetou três contratos de venda de produtos de frango de corte a um cliente nos Estados Unidos. O acordo estabeleceu o pagamento de uma multa no valor de US\$ 107,9 milhões (equivalente a R\$ 602.136 em 31 de dezembro de 2021), que foi realizada em fevereiro de 2021. A multa foi reconhecida sobre a rubrica "Despesas gerais e administrativas" no exercício findo em 2020.

b2. Acordo Antitruste - Frango: Durante o exercício de 2016, uma série de ações judiciais coletivas em âmbitos federais foram propostas perante o Tribunal do Distrito do Norte de Illinois, EUA, em face da PPC e outros 19 produtores e compradores diretos e indiretos de frango, alegando violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre concorrência desleal. A subsidiária indireta PPC reconheceu uma provisão no montante de US\$ 629,8 milhões (equivalente a R\$ 3,51 bilhões em 31 de dezembro de 2021), dos quais foram pagos US\$ 457,4 milhões (equivalente a R\$ 2,55 bilhões em 31 de dezembro de 2021).

b3. Acordo Antitruste - Porco: Refere-se a ações judiciais coletivas, alegando violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais não usuais, e leis de proteção ao consumidor na venda de carne suína. A subsidiária indireta JBS USA reconheceu uma provisão no montante de US\$ 83,9 milhões (equivalente a R\$ 468.204 em 31 de dezembro de 2021), dos quais foram pagos US\$ 69 milhões (equivalente a R\$ 385.055 em 31 de dezembro de 2021).

b4. Acordo Antitruste - Boi: Durante o exercício de 2020, duas ações coletivas foram movidas contra a JBS USA e vários outros frigoríficos no Tribunal de Minnesota, Estados Unidos, em nome de compradores diretos e compradores indiretos comerciais e industriais de carne bovina, alegando violações a leis federais e estaduais antitruste e de leis que versam sobre concorrência desleal, enriquecimento sem causa, práticas comerciais não usuais, e leis de proteção ao consumidor na venda de carne bovina. A subsidiária indireta JBS USA reconheceu uma provisão no montante de US\$ 52,5 milhões (equivalente a R\$ 292.976 em 31 de dezembro de 2021).

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 8.627.982, representado 122.342.554 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 ações ordinárias e 61.152.299 ações preferenciais.

b. Reservas de Capital

b1. Transações de capital

De acordo com o IFRS 10/CPC 36 R3– Demonstrações Consolidadas as mudanças na participação relativa da controladora sobre uma controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários). Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não-controladores tenha sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

Portanto, se a controladora adquirir mais ações ou outros instrumentos patrimoniais de uma entidade que já controla, deve considerar os ganhos e perdas dessa variação de participação como redução ou aumento do seu patrimônio líquido (individual e consolidado).

b2. Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado anteriores à adoção do CPC/IFRS. A reserva de reavaliação é transferida para lucros acumulados na proporção da realização dos bens reavaliados que se dá por depreciação, alienação ou baixa.

c. Reservas de lucro

c1. Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício.

c2. Reserva Estatutária para Investimento

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

c3. Dividendos

A Companhia propôs dividendos no valor de R\$ 3.437.312, dos quais R\$ 2.378.326 foram pagos até o término do exercício e R\$ 95.604 está classificado no passivo circulante e R\$ 963.382 no passivo não circulante, devido ao fato da Companhia não ter definido o prazo para pagamento e/ou compensação do mesmo.

c4. Outros resultados abrangentes

Composto por ajustes de avaliação patrimonial reflexa de controladas e ajustes acumulados de conversão referente a variação cambial resultante na conversão das demonstrações contábeis das controladas.

26 Receita líquida

A receita de vendas é reconhecida no resultado do período quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes bem como na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas de devolução em seus resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, tipo de transação e características de cada contrato.

A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios do produto são transferidos para o cliente, no local de expedição ou na entrega dos produtos. Essas condições podem variar a cada cliente, de acordo com os termos de venda. Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do grupo.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
RECEITA BRUTA DE VENDAS				
Mercado interno	16.502	8.975	273.866.119	210.138.397
Mercado externo	-	-	91.151.063	70.392.490
Prestação de serviço	-	-	244.457	63.078
	<u>16.502</u>	<u>8.975</u>	<u>365.261.639</u>	<u>280.593.965</u>
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	-	-	(7.094.235)	(5.991.545)
Impostos sobre as vendas	(1.733)	(1.036)	(4.213.597)	(2.916.401)
	<u>(1.733)</u>	<u>(1.036)</u>	<u>(11.307.832)</u>	<u>(8.907.946)</u>
RECEITA LÍQUIDA	<u>14.769</u>	<u>7.939</u>	<u>353.953.807</u>	<u>271.686.019</u>

27 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui (i) juros sobre empréstimos e custos de captação; (ii) resultado das liquidações diárias dos contratos futuros usados para proteger os ativos e passivos, bem como o valor justo dos instrumentos derivativos demonstrados na nota 33; (iii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iv) ganhos e perdas associadas a operações denominadas em moeda estrangeira. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado financeiro líquido consistia em:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(33.732)	31.077	(43.929)	(7.794.482)
Resultado financeiro com derivativos	156.246	22.921	409.569	(296.520)
Juros Passivos	(1.452.371)	(532.969)	(6.837.486)	(5.353.821)
Juros Ativos	77.261	45.419	929.694	1.087.497
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(65.646)	(86.735)	(913.673)	(462.593)
	<u>(1.318.241)</u>	<u>(520.287)</u>	<u>(6.455.824)</u>	<u>(12.819.919)</u>
Receita financeira	313.342	208.742	2.716.935	3.889.698
Despesa financeira	<u>(1.631.583)</u>	<u>(729.029)</u>	<u>(9.172.759)</u>	<u>(16.709.618)</u>
	<u>(1.318.241)</u>	<u>(520.287)</u>	<u>(6.455.824)</u>	<u>(12.819.919)</u>

28 Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações do período.

	2021	2020
Resultado atribuível aos acionistas	10.745.682	(551.362)
Média ponderada de ações do período - milhares	122.343	122.343
Lucro (Prejuízo) por ações - básico - (R\$)	87,83	(4,51)

Diluído

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A Companhia não apresentou o cálculo do resultado por ação - diluído conforme requerido pelo IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, devido ao fato de não haver potenciais ações ordinárias diluidoras, sendo assim os valores do resultado da ação são iguais no básico e diluído.

29 Segmentos operacionais e informações por área geográfica

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados sob a ótica do ramo de atuação da Companhia e suas controladas. Os segmentos predominantes são: Alimentos, Higiene e Limpeza, Energia e Outros.

Geograficamente a Companhia é segregada por Estados Unidos da América (inclui a América do Norte e Austrália), América do Sul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e outros (principalmente Europa e Ásia).

O segmento de alimentos inclui os segmentos apresentados pela controlada JBS e suas subsidiárias, que compreendem substancialmente em: Bovinos (abate de bovinos, frigorificação e industrialização de carnes, conservas, gorduras, rações e produtos derivados de origem bovina, tais como: couros, colágeno e demais subprodutos), Suínos (abate, frigorificação, industrialização e comercialização de produtos alimentícios) e Frango (processamento de aves, industrialização e comercialização de produtos alimentícios).

O segmento de higiene e limpeza é representado pela controlada Flora, que compreende a industrialização e comercialização de sabão em barra, sabonete, detergente, desinfetante, amaciante, glicerina farmacêutica, sabão de coco, multiuso, desengordurante, shampoos, condicionadores, desodorantes, sabonetes líquidos e inseticidas.



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

O segmento de energia está relacionado à controlada Âmbar, que consiste na prestação de serviço de operação e manutenção de usinas termelétricas e a geração, transmissão e comercialização de energia, bem como a compra, importação, comercialização e distribuição de gás natural, óleo diesel e outros combustíveis.

No segmento "outros" foram relacionados as demais ramoss de atuação que não apresentam valores relevantes em relação ao montante da Companhia e suas controladas.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas nas demonstrações contábeis. A Companhia avalia o seu desempenho por segmento, que de acordo com suas políticas contábeis, inclui a receita líquida, lucro operacional e depreciação.

A rentabilidade do segmento revisada pela Diretoria Executiva é o lucro operacional, que não inclui a receita (despesa) financeira, a participação nos lucros ou prejuízos de investidas no patrimônio líquido ou o imposto de renda.

A informação por segmento operacional consolidado, são as seguintes:

Abertura do resultado por ramo de atuação:

	Receitas líquidas		Lucro operacional		Depreciação	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Segmentos						
Alimentos	350.413.241	269.964.274	31.897.084	18.590.860	9.027.768	7.837.405
Higiene e Limpeza	1.366.299	1.262.457	214.393	227.873	36.969	36.955
Energia	2.062.565	421.057	705.503	(10.417)	182.622	28.344
Outros	111.701	38.231	2.155.844	695.436	477	629
Total	353.953.807	271.686.019	34.972.823	19.503.752	9.247.836	7.903.333

Total de ativos por ramo de atuação:

	2021	2020
Total de ativos		
Alimentos	206.831.862	148.067.147
Higiene e Limpeza	1.460.269	928.681
Energia	3.731.196	1.121.981
Outros	9.033.916	34.283.755
Operações Descontinuadas	10.115.133	-
Total	231.172.376	184.401.565

Abertura do resultado por área geográfica:

	Receitas líquidas		Lucro operacional		Depreciação	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Segmentos						
Estados Unidos da América	258.835.144	198.866.268	28.175.656	16.204.293	6.926.145	6.029.223
América do Sul	91.808.892	68.649.479	6.737.238	3.347.453	2.276.667	1.768.836
Outros	3.309.771	4.170.272	59.930	(47.994)	45.025	105.274
Total	353.953.807	271.686.019	34.972.823	19.503.752	9.247.836	7.903.333

Total de ativos por área geográfica:

	2021	2020
Total de ativos		
Estados Unidos da América	105.815.965	71.455.561
América do Sul	112.102.556	109.871.462
Outros	13.253.854	3.074.542
Total	231.172.376	184.401.565

30 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos				
Custo de estoques, matérias-primas e insumos	-	-	(245.572.329)	(189.990.528)
Salários e benefícios	(406)	(341)	(33.447.663)	(29.171.742)
Depreciação e amortização	-	-	(7.651.324)	(6.850.583)
Outros	-	-	(48.726)	(93.681)
	(406)	(341)	(286.720.043)	(226.106.534)
Despesas administrativas e gerais				
Salários e benefícios	(261.312)	(37.494)	(6.383.602)	(5.536.499)
Honorários, serviços e despesas gerais	(175.364)	(62.022)	(4.055.552)	(3.180.045)
Depreciação e amortização	(365)	(424)	(942.965)	(783.524)
Acordos SEC, DOJ e Antitruste ¹	-	-	(4.254.697)	-
Outros	190.573	(5.468)	43.239	(1.594.377)
	(246.468)	(105.408)	(15.593.579)	(11.094.445)
Despesas com vendas				
Frete e despesas de vendas	-	-	(16.214.801)	(12.256.980)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(65.569)	(33.054)
Salários e benefícios	-	-	(1.055.300)	(883.109)
Depreciação e amortização	-	-	(312.279)	(269.223)
Propaganda e marketing	(41.223)	(63.447)	(1.586.176)	(1.090.980)
Comissões	-	-	(334.546)	(243.279)
Outros	-	-	(18.003)	(14.590)
	(41.223)	(63.447)	(19.586.673)	(14.791.215)

¹ Refere-se aos Acordos celebrados entre a controlada JBS e suas subsidiárias com autoridades norte-americanas, conforme descrito na nota explicativa 24 - Provisão para riscos processuais, na controlada indireta JBS USA.

31 Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ganho (perda) na alienação de investimentos em controladas ¹	2.606.398	(38.923)	2.606.398	(38.923)
Ganho (perda) na alienação de outros investimentos	(1.794)	13.209	(1.794)	13.209
Acordo de Leniência	91.196	(631.731)	91.196	(631.731)
Outros	(244.207)	(2.549)	223.511	467.372
	2.451.592	(659.995)	2.919.311	(190.073)

¹ Do montante apresentado, R\$ 2.260.499 refere-se a baixa da J&F Participações mediante venda, conforme nota explicativa 13 – Investimentos em coligadas, controladas e empreendimento controlado em conjunto “Joint ventures”.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021 o limite máximo individual de cobertura de seguros para as controladas incluídas na consolidação era o seguinte:

Para a controlada JBS e a sua subsidiária Seara Alimentos, o Limite Máximo Individual - LMI de cobertura era R\$ 150 milhões em 31 de dezembro de 2021, sendo o mesmo valor para 31 de dezembro de 2020. Esta cobertura engloba todos os tipos de sinistros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Para a controlada da JBS, JBS USA, a cobertura de seguros tem as mesmas características acima descritas, porém com o limite máximo de indenização de US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2,790 bilhões em 31 de dezembro de 2021) e US\$ 500 milhões (equivalente a R\$ 2,598 bilhões em 31 de dezembro de 2020).

Para a controlada Âmbar Energia e suas subsidiárias GOB, GOM, Âmbar Uruguaiana e Solares a cobertura de seguros de riscos operacionais era R\$ 7,6 bilhões em 31 de dezembro de 2021.

Para controlada Flora a cobertura referente as Fábricas e aos centros de distribuições, englobando todos os tipos de riscos era de R\$ 71 milhões em 31 de dezembro de 2021.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

33 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia utiliza a mensuração apresentada na nota 3 a cada data de balanço em conformidade com as regras estabelecidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
CDB e títulos públicos	5	648.670	1.410.192	7.057.732	6.042.914
Derivativos a receber		-	25.354	535.828	254.194
Custo Amortizado					
Caixa e Bancos	5	1.534	857	17.305.107	15.519.728
Contas a receber de clientes	6	-	-	21.458.903	14.410.139
Dividendos a receber	21	-	936.406	-	-
Títulos a receber	11	304.891	457.981	304.891	457.981
Créditos com empresas ligadas	12	2.203.555	2.203.555	2.203.555	2.203.555
Total		3.158.649	5.034.345	48.866.015	38.888.511
Passivos					
Passivos pelo custo amortizado					
Fornecedores	18	(15.114)	(23.543)	(33.172.949)	(24.691.632)
Acordo de Leniência	2	(12.104.209)	(11.440.483)	(12.104.209)	(11.440.483)
Empréstimos e financiamentos	19	(3.196.354)	(3.427.566)	(97.667.011)	(69.997.655)
Débito com terceiros	22	-	-	(91.234)	(124.290)
Partes relacionadas	12	-	-	-	(11.305)
Valor justo por meio do resultado					
Derivativos a pagar		(3.641)	(3.143)	(852.253)	(290.679)
Total		(15.319.318)	(14.894.735)	(143.887.656)	(106.556.044)

Reconhecimento do valor justo por meio do resultado: (i) os CDBs são atualizados pela taxa efetiva, porém são títulos de curtíssimo prazo e negociados com instituições financeiras de primeira linha, e seu o reconhecimento contábil está muito próximo ao valor justo; (ii) os títulos públicos são atualizados pelo preço unitário de mercado.

Reconhecimento pelo custo amortizado: (i) contas a receber de clientes e outros recebíveis são classificados como custo amortizado; (ii) os contas a receber de clientes são de curto prazo cujo saldo dos recebíveis está reduzido das perdas esperadas; (iii) juros, variações no custo amortizado e perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.

a. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos avaliados por meio de resultado:

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora							
	Ativos circulantes						Passivos circulantes	
	Outras aplicações		CDB		Derivativos a receber (net)		Derivativos a pagar (net)	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Nível 1	1.534	857	-	-	-	-	-	-
Nível 2	-	-	648.670	1.410.192	-	25.354	(3.641)	(3.143)

	Consolidado							
	Ativos circulantes						Passivos circulantes	
	Outras aplicações		CDB		Derivativos a receber (net)		Derivativos a pagar (net)	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Nível 1	17.305.107	15.519.728	-	-	-	-	-	-
Nível 2	-	-	7.057.732	6.042.914	535.828	254.194	(852.253)	(290.679)

O valor contábil dos instrumentos financeiros são muito próximos ao valor justo, considerando os critérios definidos para apuração dos níveis 1 e 2 na hierarquia do valor justo.

b. Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos classificados como custo amortizado:

Os ativos e passivos classificados como custo amortizado se enquadram no nível 2 na hierarquia de valor justo. A exceção são as Notas sênior (bonds) que possuem preços observáveis em mercados ativos e por isso são considerados na hierarquia de mensuração de valor justo como Nível 1.

c. Valor justo dos empréstimos e financiamentos:

O cálculo do valor justo é feito para os empréstimos relacionados às Notas emitidas sob as Regras 144 A e Reg S., considerando que há um mercado ativo para esses instrumentos financeiros. Para este cálculo, a Controlada JBS utilizou o preço de fechamento destes títulos divulgado oficialmente por agências de notícias financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. O valor contábil dos empréstimos restantes de taxa fixa se aproxima do valor justo, considerando que as taxas de juros de mercado, a qualidade do crédito da Companhia e outros fatores de mercado não mudaram significativamente desde a captação. O valor contábil dos empréstimos com taxa variável se aproxima do valor justo, pois as taxas se ajustam as variações de mercado e a qualidade do crédito da Controlada JBS não alterou substancialmente. Para todos os outros ativos e passivos financeiros, o valor contábil se aproxima do valor justo devido a curta duração dos instrumentos financeiros. A seguir, apresentamos os detalhes dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Consolidado					
	31.12.21			31.12.20		
	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal	Principal	Preço (% do Principal)	Valor de Mercado do Principal
Notas 5,75% JBS Lux 2025	-	-	-	5.456.535	102,10	5.571.123
Notas 7,7% JBS Lux 2026	-	-	-	5.196.700	107,95	5.609.838
Notas 5,75% JBS Lux 2028	4.185.375	104,49	4.373.299	3.897.525	108,00	4.209.327
Notas 6,75% JBS Lux 2028	5.022.450	108,25	5.436.803	4.677.030	112,16	5.245.944
Notas 6,5% JBS Lux 2029	7.812.701	109,75	8.574.439	7.275.380	116,43	8.470.944
Notas 5,5% JBS Lux 2030	6.975.625	108,66	7.579.505	6.495.875	114,65	7.447.521
Notas 3,75% JBS Lux 2031	2.790.250	101,80	2.840.475	-	-	-
Notas 3,7% JBS Lux 2032	5.580.500	99,88	5.573.915	-	-	-
Notas 2,5% JBS Finance Lux 2027	5.521.738	99,39	5.488.055	-	-	-
Notas 3,63% Finance Lux 2032	5.519.840	101,32	5.592.702	-	-	-
Notas 5,75% PPC 2025	-	-	-	5.196.700	102,45	5.324.071
Notas 5,88% PPC 2027	4.743.425	105,91	5.023.525	4.417.195	107,29	4.739.165
Notas 4,25% PPC 2031	5.580.500	105,51	5.888.209	-	-	-
Notas 3,5% PPC 2032	5.022.450	101,68	5.106.828	-	-	-
	58.754.854		61.477.755	42.612.940		46.617.933

d. Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Valor justo por meio do resultado	(1.016.202)	(458.355)	(574.695)	(697.243)
Empréstimos e recebíveis	59.308	28.524	113.587	71.332
Passivos pelo custo amortizado	(318.807)	(94.353)	(5.906.290)	(12.135.379)
Outros	(42.540)	3.896	(88.426)	(58.629)
Total	(1.318.241)	(520.287)	(6.455.824)	(12.819.919)

Gestão de riscos:

Em sua rotina operacional, a Companhia e suas controladas geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas pela área de Riscos (Risk Management) de cada controlada, seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities. A área de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições.

A seguir são apresentados os riscos e operações em que a Companhia e suas controladas estão expostas no corrente período. Adicionalmente, também é apresentada a análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no Resultado Financeiro quando de possíveis alterações, de 25% a 50%, nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a. Risco de mercado:

Em particular, as exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pela Administração ou Conselho Administrativo, dependendo da política de cada controlada.

É função da área de riscos garantir que as demais áreas operacionais da Companhia e suas controladas estejam dentro dos limites de exposição definidos pela Administração da Companhia, financeiramente protegidas contra oscilações de preços, centralizando as exposições e verificando o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

A área de riscos utiliza sistemas de informação próprios e de terceiros, específicos para o gerenciamento de posições e riscos de mercado, efetuando análises de cenários de estresse e de Valor em Risco (VaR) para medir a exposição total e também o risco específico do fluxo de caixa com a B3 e Bolsa de Chicago (Chicago Mercantile Exchange).

a1. Risco da taxa de juros:

O risco de taxas de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), LIBOR (London Interbank Offer Rate) e EURIBOR (Euro Interbank Offer Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a área de riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia.

A Diretoria entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

Exposição líquida de passivos e ativos à taxa CDI:	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	(111.305)	(135.526)
Nota de crédito - Exportação	(1.997.684)	(2.596.770)
Custeio pecuário	(60.959)	(99.917)
Capital de giro - Reais	(3.686.347)	(3.725.588)
Notas promissórias comerciais	(1.163.682)	(166.366)
Partes relacionadas	-	(11.305)
CDB-DI e Títulos Públicos	7.057.732	7.057.732
Subtotal	37.755	322.260

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Derivativos (DI)	-	69.550
Derivativos (Swap)	(2.880.833)	824.304
Total	(2.843.078)	1.216.114

Exposição de passivos à taxa LIBOR:

Capital de giro - Dólares Americanos	(19.366)	(19.692)
Pré-pagamento	(2.727.769)	(3.004.523)
FINIMP	(310.605)	(195.424)
Term loan JBS Lux 2026	(10.276.798)	(9.650.496)
Linha de crédito PPC - Term loan	(2.811.171)	(2.321.194)
Outros	(391)	(390)
Subtotal	(16.146.100)	(15.191.719)
Derivativos (Swap)	10.348.414	10.346.975
Total	(5.797.686)	(4.844.744)

Exposição de passivos à taxa TJLP:

FINAME	(13.150)	(21.925)
Capital de giro - Reais	(52.760)	(51.168)
Total	(65.910)	(73.093)

Exposição de passivos à taxa IPCA:

CRA - Certificado de recebíveis do agronegócio	(5.593.276)	(2.457.259)
Acordo de Leniência	(12.104.209)	(11.440.483)
Subtotal	(17.697.485)	(13.897.742)
Derivativos (Swap)	3.763.522	1.093.752
Total	(13.933.963)	(12.803.990)

Análise de sensibilidade

Exposição	Risco	Cenário Atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
CDI	Redução	9,1414 %	9,0844 %	(21)	6,8560 %	(863)	4,5707 %	(1.726)
TJLP	Aumento	5,3200 %	5,3211 %	(1)	6,6500 %	(877)	7,9800 %	(1.753)
Libor	Aumento	0,5888 %	0,5889 %	(16)	0,7360 %	(23.767)	0,8832 %	(47.534)
IPCA	Aumento	10,6750 %	10,7081 %	(5.858)	13,3437 %	(472.300)	16,0124 %	(944.600)
				(5.896)		(497.806)		(995.613)

A Companhia e suas controladas ainda possui exposição às taxas SELIC, Euribor e IRS, que devido a baixa representatividade não são apresentadas. Ainda, o efeito no resultado em um cenário de variação de 50% da taxa é inferior a R\$ 10.000.

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	DI	Venda	-	-	-	755	(69.550)	(60)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Consolidado											
Instrumento	Objeto de proteção	Data do início	Data de venc.	31.12.21				31.12.20			
				Notional	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Valor justo	Notional	Valor justo (Ponta ativa) - R\$	Valor justo (Ponta passiva) - R\$	Valor justo
Swap	IPCA	01.11.19	15.10.24	537.534	628.896	(600.900)	27.996	537.534	599.222	(595.601)	3.621
	IPCA	16.12.20	18.11.30	200.000	232.514	(235.963)	(3.449)	-	-	-	-
	IPCA	17.12.20	18.11.30	200.000	232.343	(236.206)	(3.863)	-	-	-	-
	CDI	18.07.19	18.01.24	-	-	-	-	20.736	22.690	(22.481)	209
	CDI	27.02.20	27.02.23	800.000	824.304	(852.543)	(28.239)	-	-	-	-
	Libor	25.09.20	25.09.24	1.847.716	1.844.168	(1.851.388)	(7.220)	-	-	-	-
	Libor	25.09.20	25.09.24	1.154.822	1.137.560	(1.143.446)	(5.886)	-	-	-	-
	Libor	04.05.20	03.05.22	2.143.639	2.148.030	(2.151.356)	(3.326)	-	-	-	-
	Libor	30.04.20	30.04.23	5.196.700	5.217.217	(5.231.025)	(13.808)	-	-	-	-

			Consolidado							
Instrumento	Objeto de proteção	Vencimento	31.12.21				31.12.20			
			Notional	Valor justo (Ativo) - R\$	Valor justo (Passivo) - R\$	Valor justo	Notional	Valor justo (Ativo) - R\$	Valor justo (Passivo) - R\$	Valor justo
Swap	PRÉ USD	2022	431.850	429.078	(458.544)	(29.466)	-	-	-	-
	LIBOR	2022	2.301.956	2.303.670	(2.304.217)	(547)	2.143.639	2.148.030	(2.151.356)	(3.326)
	CDI	2023	800.000	828.269	(795.802)	32.467	800.000	824.304	(852.543)	(28.239)
	LIBOR	2023	5.580.500	5.625.334	(5.602.934)	22.400	5.196.700	5.217.217	(5.231.025)	(13.808)
	LIBOR	2024	3.224.289	2.419.410	(2.405.586)	13.824	3.002.538	2.981.728	(2.994.834)	(13.106)
	IPCA	2024	537.534	623.743	(522.002)	101.741	537.534	628.896	(600.900)	27.995
	IPCA	2027	387.000	414.279	(419.802)	(5.523)	-	-	-	-
	IPCA	2028	442.000	481.443	(490.512)	(9.068)	-	-	-	-
	IPCA	2030	1.400.000	1.553.349	(1.621.874)	(68.525)	400.000	464.857	(472.169)	(7.313)
	IPCA	2031	630.000	690.707	(718.370)	(27.663)	-	-	-	-
			15.735.129	15.369.282	(15.339.643)	29.640	12.080.411	12.265.032	(12.302.827)	(37.797)

a.2 Risco de variação cambial

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Com o objetivo de proteger o valor de ativos e passivos financeiros, possíveis fluxos de caixa futuros relativos as estimativas de exportação e investimentos líquidos em operações no exterior, indexados em moedas estrangeiras, as áreas de risco empregam instrumentos de proteção, como contratos futuros, NDFs (Non-Deliverable Forwards), DFs (Deliverable Forwards), contratos de opcionalidade e contratos de troca de indexador (Swaps), visando a proteção de empréstimos, investimentos, despesas e receitas com juros, estimativas de exportação, custos de matéria prima e fluxos diversos sempre que estes estejam denominados em moeda diferente da moeda funcional da Controladora. As principais exposições a este risco são indexadas ao Dólar Norte-Americano (US\$), Euro (€), Libra Esterlina (£) e Peso Mexicano (MXN) e Dólar Australiano (AU\$).

O valor contábil dos ativos e passivos e outras posições expostas ao risco de moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados abaixo em conjunto com o notional dos contratos de derivativos destinados a reduzir a exposição de acordo com a Política de Gestão de Riscos e de Commodities. A exposição é em relação ao Real.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Consolidado									
	USD		EUR		GBP		MXN		AUD	
	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
OPERACIONAL										
Caixa e equivalentes	9.092.514	6.295.296	327.045	74.795	178.753	34.193	1.018.335	1.342.999	268	1.653
Contas a receber	5.629.745	4.646.409	757.240	128.052	368.040	113.929	594.625	567.423	6.485	14.343
Pedidos de venda	4.008.456	2.021.338	120.774	48.993	73.845	110.896	-	-	-	5.782
Fornecedores	(1.611.937)	(390.109)	(402.598)	(292.434)	(2.263)	(7.532)	(1.383.188)	(941.128)	(15.443)	(9.681)
Provisão para riscos processuais	(40.159)	(126.733)	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda a recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.572)
Pedidos de compra	(334.615)	(196.762)	(299.587)	(22.081)	-	-	-	-	-	-
Subtotal operacional	16.744.004	12.249.439	502.874	(62.675)	618.375	251.486	229.772	969.294	(8.690)	2.525
FINANCEIRO										
Adiantamento a clientes	(2.808.487)	(2.414.510)	(32.648)	(285.849)	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(10.462.211)	(3.942.153)	(44.760)	(116.187)	-	-	-	-	-	-
Subtotal financeiro	(13.270.698)	(6.356.663)	(77.408)	(402.036)	-	-	-	-	-	-
Subtotal operacional e financeiro	3.473.306	5.892.776	425.466	(464.711)	618.375	251.486	229.772	969.294	(8.690)	2.525
Partes relacionadas líquido	(11.266.940)	2.232.798	1.444.362	-	-	-	-	-	2.378.956	(40.529)
Total da Exposição	(7.793.634)	8.125.574	1.869.828	(464.711)	618.375	251.486	229.772	969.294	2.370.266	(38.004)
DERIVATIVOS										
Contratos futuros	1.909.106	(77.430)	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos futuros DDI	-	519.150	-	-	-	-	-	-	-	-
Deliverable Forwards (DF's)	(1.008.129)	337.900	785.321	322.445	(50.029)	(46.677)	(1.215.299)	(1.163.224)	(36.597)	(1.575)
Non Deliverable Forwards (NDF's)	3.645.065	2.338.780	(202.410)	(84.732)	(157.197)	(73.123)	-	-	-	-
Swap	442.902	(13.106)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Derivativos	4.988.944	3.105.294	582.911	237.713	(207.226)	(119.800)	(1.215.299)	(1.163.224)	(36.597)	(1.575)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(2.804.690)	11.230.868	2.452.739	(226.998)	411.149	131.686	(985.527)	(193.930)	2.333.669	(39.579)
Dívida líquida em controladas	(48.894.979)	(44.270.963)	-	-	-	-	-	-	-	-

a2.1 Análise de sensibilidade e detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

a2.1.1 US\$ (Dólar americano):

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Operacional	Apreciação	5,5805	5,7025	366.045	6,9756	4.185.815	8,3708	8.371.931
Financeira	Depreciação	5,5805	5,7025	(290.114)	6,9756	(3.317.528)	8,3708	(6.635.294)
Partes relacionadas	Depreciação	5,5805	5,7025	(246.309)	6,9756	(2.816.610)	8,3708	(5.633.421)
Derivativos	Apreciação	5,5805	5,7025	109.059	6,9756	1.247.241	8,3708	2.494.473
				(61.320)		(701.082)		(1.402.312)

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Dívida líquida em controladas no exterior	Depreciação	5,5805	5,7025	(1.068.847)	6,9756	(12.223.789)	8,3708	(24.447.490)
				(1.068.847)		(12.223.789)		(24.447.490)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Para fins de proteção cambial a Companhia e suas controladas incluem em sua exposição a dívida líquida de controladas no exterior. Embora essas dívidas não gerem exposição cambial no resultado da Companhia (por estarem no exterior, e na moeda funcional de cada país), essas dívidas na consolidação sofrem efeito do câmbio, impactando o patrimônio líquido como variação cambial de investimento, influenciando o endividamento consolidado da Companhia, e consequentemente os indicadores de alavancagem.

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo	Quantidade	Nocional (R\$)	Valor justo
Futuro B3	Dólar Americano	Compra	6.842	1.909.106	(51.188)	-	-	-
Futuro B3	Dólar Americano	Venda	-	-	-	298	(77.430)	(1.740)
Futuro B3	DDI	-	-	-	-	1.998	519.150	374

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Venda	(180.652)	(1.008.129)	33.399	-	-	-
Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	-	-	-	83.832	337.900	(14.140)
Non Deliverable Forwards	Dólar Americano	Compra	653.179	3.645.065	(43.726)	580.242	2.338.780	(64.217)

a.2.2 EXPOSIÇÃO ao € (EURO)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Operacional	Apreciação	6,3210	6,1773	(11.431)	4,7408	(125.719)	3,1605	(251.437)
Financeira	Depreciação	6,3210	6,1773	1.760	4,7408	19.352	3,1605	38.704
Partes relacionadas	Apreciação	6,3210	6,1773	(32.831)	4,7408	(361.090)	3,1605	(722.181)
Derivativos	Apreciação	6,3210	6,1773	(13.250)	4,7408	(145.728)	3,1605	(291.456)
				(55.752)		(613.185)		(1.226.370)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (EUR)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Euro	Compra	124.240	785.321	(15.570)	50.557	322.445	(6.839)
Non Deliverable Forwards	Euro	Venda	(32.022)	(202.410)	2.288	(13.285)	(84.732)	2.162

a.2.3 EXPOSIÇÃO à £ (Libras Esterlinas)

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Operacional	Apreciação	7,5242	7,3473	(14.538)	5,6432	(154.594)	3,7621	(309.187)
Derivativos	Depreciação	7,5242	7,3473	4.872	5,6432	51.807	3,7621	103.613
				(9.666)		(102.787)		(205.574)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (GBP)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(6.649)	(50.029)	(301)	(6.573)	(46.677)	255
Non Deliverable Forwards	Libra Esterlina	Venda	(20.892)	(157.197)	(5.011)	(10.298)	(73.123)	(883)

a2.1.4 MXN (Peso Mexicano):

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Operacional	Apreciação	0,2730	0,2790	5.075	0,3413	57.443	0,4095	114.886
Derivativos	Depreciação	0,2730	0,2790	(26.843)	0,3413	(303.825)	0,4095	(607.650)
				(21.768)		(246.382)		(492.764)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Nocional (MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (MXN)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Peso Mexicano	Venda	(4.451.645)	(1.215.299)	(19.615)	(4.456.798)	(1.163.224)	6.397

a2.1.5 AUD (Dólar Australiano):

Análise de sensibilidade

Exposição do R\$	Risco	Câmbio atual	Consolidado					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	4,0447	3,9540	195	3,0335	2.173	2,0224	4.345
Partes relacionadas	Apreciação	4,0447	3,9540	(53.335)	3,0335	(594.736)	2,0224	(1.189.478)
Derivativos	Depreciação	4,0447	3,9540	820	3,0335	9.149	2,0224	18.298
				(52.320)		(583.414)		(1.166.835)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Consolidado					
			31.12.21			31.12.20		
			Nocional (AUD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (AUD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Dólar Australiano	Venda	(9.048)	(36.597)	363	(392)	(1.575)	(47)

b. Risco de preços de commodities

A controlada JBS atua globalmente em diversos ramos do agronegócio (toda a cadeia de proteína animal, biodiesel, entre outros), e no curso normal de suas operações está exposta a variações de preços de commodities diversas, como boi gordo, boi magro, porco, milho, complexo de soja e energia, principalmente nos mercados norte-americano, australiano e brasileiro. Os mercados de commodities têm como característica fundamental a alta volatilidade, devido a fatores externos diversos como clima, volume da oferta,

custos de transporte, políticas agropecuárias, custos de armazenamento, entre outros. A área de riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities e propor estratégias para mitigar tais exposições.

Parte significativa dos insumos da Companhia são ativos biológicos da controlada JBS. Visando manter o fluxo contínuo destes insumos, a controlada JBS utiliza contratos de compra a termo com os fornecedores. Para complementar a compra a termo, a controlada JBS utiliza instrumentos derivativos para mitigar exposições específicas, principalmente os contratos futuros, para mitigar o impacto da flutuação do preço - nos estoques e contratos de venda. A controlada JBS julga adequado assumir o valor médio gasto com os insumos como parâmetro indicativo de valor operacional a ser protegido pelos contratos firmes.

b1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (boi) da controlada JBS:

O ramo de atuação da controlada JBS está exposto à volatilidade dos preços do gado, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. As compras a termo de gado podem ser negociadas com preço em aberto (preços marcados ao preço atual no dia de entrega) ou preços fixos. A Companhia pode utilizar contratos futuros negociados na B3 para equilibrar as exposições.

Os fatores que influenciam a estratégia de redução de risco do preço de commodities são os prazos dos contratos a termo para compras de gado, considerando todos os valores e prazos negociados.

A exposição da Companhia às flutuações de preços de gado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 demonstrados abaixo, estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição em cada período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (boi)	Controlada JBS	
	31.12.21	31.12.20
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra de boi	78.133	164.106
Subtotal	78.133	164.106
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(74.461)	(57.457)
Subtotal	(74.461)	(57.457)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	3.672	106.649

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Preço atual	Controlada JBS					
			Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da @ em 25%		Cenário (III) Variação da @ em 50%	
			Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	336,50	325,98	(2.441)	252,37	(19.533)	168,25	(39.066)
Derivativos	Apreciação	336,50	325,98	2.326	252,37	18.615	168,25	37.230
				(115)		(918)		(1.836)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Controlada JBS					
			31.12.21			31.12.20		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Boi)	Venda	663	(74.461)	(192)	633	(57.457)	99

b2. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities (grãos) da subsidiária indireta Seara Alimentos:

O ramo de atuação da subsidiária indireta da controlada JBS, Seara Alimentos, está exposto à volatilidade dos preços de grãos, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

A Seara Alimentos, de acordo com sua política de gerenciamento de estoque, iniciou a estratégia de gestão de risco de preço de grãos atuando no controle físico, que inclui expectativas de consumo futuro, compras antecipadas, aliadas com operações no mercado futuro, através da contratação de hedge de futuro de grãos na B3, CME e no mercado de balcão, através de NDFs (Non-Deliverable Forwards), visando garantir o preço de mercado.

Os controles internos utilizados para gerenciamento do risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculo e acompanhamento das operações efetuadas e cálculo do VaR para 1 dia, com intervalo de confiança de 99%.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de grãos da Seara Alimentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

EXPOSIÇÃO em Commodities (Grãos)	Seara Alimentos	
	31.12.21	31.12.20
OPERACIONAL		
Pedidos de compras	1.934.054	296.461
Subtotal	1.934.054	296.461
DERIVATIVOS		
Contratos futuros	(96.085)	255.377
Prêmio Porto	19.765	4.923
Non Deliverable Forwards	(1.129.356)	-
Subtotal	(1.205.676)	260.300
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	728.378	556.761

Análise de sensibilidade:

Exposição	Risco	Seara Alimentos					
		Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	(1,76)%	(34.039)	(25,00)%	(483.514)	(50,00)%	(967.027)
Derivativos	Apreciação	(1,76)%	21.220	(25,00)%	301.419	(50,00)%	602.838
			(12.819)		(182.095)		(364.189)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	Seara Alimentos					
			31.12.21			31.12.20		
			Quantidade	Nocional	Valor justo	Quantidade	Nocional	Valor justo
Futuro B3	Commodities (Grãos)	Venda	1.577	(96.085)	(59.565)	-	-	-
Futuro B3	Commodities (Grãos)	Compra	-	-	-	1.004	255.377	84
Prêmio do Porto	Commodities (Grãos)	Compra	215.000	19.765	(1.918)	129.000	4.923	21.284
Non Deliverable Forwards	Commodities (Grãos)	Venda	28.500	(1.129.356)	57.431	-	-	-

b3. Contabilidade de hedge da subsidiária indireta Seara Alimentos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em 31 de dezembro de 2021, como contabilidade de hedge, na modalidade de Fluxo de Caixa, para a proteção do Resultado Operacional em relação ao preço das commodities são:

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Proteção	Quantidade compra futura	Quantidade	Nocional	Valor justo
Contratos futuros	Commodities	1.577	1.577	(96.085)	(59.565)
Non Deliverable Forwards	Commodities	28.500	28.500	(1.129.356)	57.431
Contratos futuros	Dólar Americano	5.363	5.363	1.496.460	(35.432)
Non Deliverable Forwards	Dólar Americano	9.600	9.600	2.678.640	(28.311)
					(65.877)

b3.1. Contabilidade de hedge - Hedge accounting

A partir do terceiro trimestre de 2021, a subsidiária indireta da controlada JBS, Seara Alimentos, revisou suas políticas de hedge e iniciou a aplicação da contabilidade de hedge em operações de grãos, com o objetivo de gerar estabilidade ao resultado da subsidiária. A contratação destes instrumentos é baseada nas diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* foram classificados como hedge de fluxo de caixa. O montante efetivo do ganho ou perda do instrumento é reconhecido sobre a rubrica "Outros resultados abrangentes" e o montante inefetivo sobre a rubrica "Resultado financeiro", sendo os ganhos e perdas acumulados reclassificados para o resultado ou para o balanço patrimonial quando o objeto é reconhecido, ajustando a rubrica em que foi contabilizado o objeto de *hedge*.

Segue abaixo os efeitos no resultado do exercício, após a adoção do *hedge accounting*:

Demonstração do resultado:

Custo dos produtos vendidos antes da adoção do *hedge accounting*

Resultado operacional de derivativos

Moeda

Commodities

Custo dos produtos vendidos com *hedge accounting*

Resultado financeiro excluindo derivativos

Resultado financeiro de derivativos

Moeda

Commodities

Juros

Resultado financeiro

31.12.21
Seara Alimentos
(30.717.038)
(117.111)
(60.442)
(56.669)
(30.834.149)
(1.209.904)
(192.478)
(176.919)
(75.052)
59.493
(1.402.382)

Segue abaixo os efeitos em outros resultados abrangentes, após a adoção do *hedge accounting*:

Demonstração dos outros resultados abrangentes:

Instrumentos derivativos designados como *hedge accounting*:

Moeda

Commodities

Resultado em hedge de fluxo de caixa

Imposto de renda diferido sobre *hedge accounting*

Total de outros resultados abrangentes

31.12.21
Seara Alimentos
90.442
122.467
212.909
(72.389)
140.520

Segue abaixo os efeitos no balanço patrimonial, após a adoção do *hedge accounting*:

Balanço patrimonial:

Derivativos a (pagar) /receber

Instrumentos derivativos designados como *hedge accounting*:

Moeda

Commodities

Derivativos a (pagar) /receber

Instrumentos derivativos não designados como *hedge accounting*:

Commodities

Juros

Outros resultados abrangentes

Moeda

Commodities

Estoques

Moeda

Commodities

31.12.21
Seara Alimentos
(65.877)
(63.743)
(2.134)
44.373
(1.918)
46.291
212.909
90.442
122.467
(91.876)
(47.418)
(44.458)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

Posição aberta de balanço patrimonial dos saldos de derivativos ativos e passivos:

	31.12.21
Ativo:	
Designados como <i>hedge accounting</i>	Seara Alimentos
Moeda	1.611
Não designados como <i>hedge accounting</i>	46.291
Juros	46.291
Ativo Circulante	19.608
Ativo Não Circulante	28.294
(Passivo):	
Designados como <i>hedge accounting</i>	67.488
Commodities	2.134
Moeda	65.354
Não designados como <i>hedge accounting</i>	1.918
Commodities	1.918
Passivo Circulante	69.406

b4. Composição dos instrumentos financeiros derivativos de commodities da subsidiária indireta JBS USA

A Administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a variação do preço de "commodities" da subsidiária indireta JBS USA em 31 de dezembro de 2021 e 2020 demonstrados abaixo estão de acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities e são representativas da exposição incorrida durante o período.

	JBS USA	
EXPOSIÇÃO	31.12.21	31.12.20
OPERACIONAL		
Contratos firmes de compra	15.085.588	10.069.506
Subtotal	15.085.588	10.069.506
DERIVATIVOS		
Deliverable Forwards	(2.919.550)	(3.340.319)
Subtotal	(2.919.550)	(3.340.319)
TOTAL DA EXPOSIÇÃO	12.166.038	6.729.187

Análise de sensibilidade

		JBS USA					
Exposição	Risco	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação do preço em 25%		Cenário (III) Variação do preço em 50%	
		Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado	Preço	Efeito no resultado
Operacional	Depreciação	(2,74)%	(413.798)	(25,00)%	(3.771.397)	(50,00)%	(7.542.794)
Derivativos	Apreciação	(2,74)%	80.083	(25,00)%	729.888	(50,00)%	1.459.775
			(333.715)		(3.041.509)		(6.083.019)

Detalhamento dos instrumentos financeiros derivativos:

			JBS USA					
Instrumento	Objeto de proteção	Natureza	31.12.21			31.12.20		
			Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Valor justo
Deliverable Forwards	Commodities (Boi)	Venda	(523.170)	(2.919.550)	(224.565)	(642.777)	(3.340.319)	27.428

c. Risco de Mercado

As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às taxas de juros e variação cambial, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros e fluxos de caixa futuros.

Na Âmbor Comercializadora (controlada direta da controlada Âmbor), o risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a controlada Âmbor, detentora da posição, fazem

reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da controlada Âmba. A controlada Âmba considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de riscos com reporte diário aos administrados, metodologia de riscos utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

Valor justo dos contratos de energia (contratos futuros)	31.12.2021
Ganho temporário – circulante	67.534
Ganho temporário – não circulante	122.022
Perda temporária – circulante	(75.334)
Perda temporária – não circulante	(41.071)
Resultado líquido	73.151

Exposição energética em MWh

Ano	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2022 a 2026	3.817.320	(2.408.340)	1.408.980
2027 a 2034	3.682.080	(18.834)	3.663.246
	7.499.400	(2.427.174)	5.072.226

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Controlada Âmba, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia.

• **VaR** – O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em $(1 - \alpha) \%$ dos cenários. A Companhia utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado.

• **P95 do VaR** – Nesse caso p95 do VaR indica a série que representa a máxima perda das séries geradas no caso de alta de preços.

• **P05 do VaR** – Nesse caso p05 do VaR indica a série que representa a máxima perda das séries geradas no caso de baixa de preços.

O principal fator de risco da controlada Âmba é a exposição à variação dos preços de mercado da energia do mercado livre. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado. As análises de sensibilidade foram preparadas conforme metodologia de VaR da Controlada Âmba Energia, o qual é a principal ferramenta de gerenciamento aplicada para esse tipo de risco. Dessa forma, considerando um cenário de elevação de preços, considerando a série de preços que reflete a série p95 do VaR (máxima perda no cenário de alta de preços) e outro cenário de redução de preços considerando a série de preços que reflete o p05 do VaR (máxima perda no cenário de redução de preços):

	Variação de preço	31/12/2021	Cenários projetados
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação (VaR p95)	73.151	73.500
	Queda (VaR p05)	73.151	72.804

d. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de créditos relacionados às suas contas a receber de clientes, aplicações financeiras e contratos de proteção.

Para o caso das operações financeiras que têm como contraparte instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), a Companhia emprega limites de exposição definidos pela Comissão de Gestão de Riscos, baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	%PL	Horizonte máximo
AAA	2,00 %	5 anos
AA	1,00 %	3 anos
A	0,50 %	2 anos
BBB	0,25 %	1 ano

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.21	31.12.20	31.12.21	31.12.20
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	650.203	1.411.049	24.362.838	21.562.642
Contas a receber de clientes	6	-	-	21.458.903	14.410.139
Títulos a receber	11	304.891	457.981	304.891	457.981
Partes relacionadas	12	2.203.555	655.278	2.931.490	1.146.839
Ativos disponíveis para venda	10	2.475.060	1.946.631	12.598.865	12.868.927
		5.633.709	4.470.939	61.656.987	50.446.528

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e de suas controladas e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá ter em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A Administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez seca, representado pelo nível de disponibilidades mais investimentos financeiros divididos pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia com o acompanhamento da relação da dívida líquida sobre "EBITDA" em níveis que considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

Os índices de liquidez e alavancagem consolidados estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.21	31.12.20
Caixa e equivalentes de caixa	24.362.838	21.562.642
Empréstimos e financiamentos no CP	(14.502.356)	(5.411.736)
Indicador de liquidez modificado	(1,68)	(3,98)
Indicador de alavancagem ¹	1,53 x	2,14 x

¹ Para o cálculo da alavancagem é utilizada a taxa de conversão da cotação do último dia do período. O referido critério tem por finalidade equiparar a dívida líquida e o EBITDA à mesma taxa cambial.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Consolidado									
	31.12.21					31.12.20				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	33.172.949	-	-	-	33.172.949	24.691.632	-	-	-	24.691.632
Empréstimos e financiamentos ¹	14.502.356	8.054.743	22.629.183	52.480.729	97.667.011	5.411.736	6.180.674	15.384.825	43.020.420	69.997.655
Débitos com empresas ligadas	-	11.305	-	-	11.305	-	11.305	-	-	11.305
Passivos financeiros derivativos	852.253	-	-	-	852.253	290.679	-	-	-	290.679
Débitos com terceiros	37.187	54.047	-	-	91.234	45.622	78.668	-	-	124.290

¹ Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base nas taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A controlada JBS possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto a bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 168.808 (R\$ 141.080 em 31 de dezembro de 2020). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A subsidiária indireta JBS USA e suas controladas, possuem títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto a bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 562.816 (R\$ 303.487 em 31 de dezembro de 2020). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.



Ainda, a subsidiária indireta Seara Alimentos possui títulos dados em garantia para as operações de derivativos junto a bolsas de mercadorias e futuros cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 99.524 (R\$ 99.524 em 31 de dezembro de 2020). Essa garantia é superior à necessidade apresentada para essas operações.

A Companhia não possui garantias recebidas de terceiros consideradas relevantes.

34 Aprovação das demonstrações contábeis

A aprovação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de abril de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho:	Márcio Antonio Teixeira Linares
Vice-Presidente:	Francisco de Assis e Silva
Membro do Conselho:	Sergio Roberto Caldas Junior
Membro do Conselho:	Erico de Arruda Holanda

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro 2021; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor de Administração e Controle:	André Alcantara Ocampos
Presidente:	Aguinaldo Ramos Filho

Contador:	Danilo dos Reis (CRC SP: 299039/O-8)
------------------	--------------------------------------

* * * * *